



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

A ELABORAÇÃO DA AGENDA 21 COMUNITÁRIA DO
BAIRRO ROSA ELZE, SÃO CRISTÓVÃO, SERGIPE:
UM INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Autora: Danielle Rodrigues Dutra

Orientadora: Profa. Dra. Laura Jane Gomes

MARÇO - 2008
São Cristóvão – Sergipe
Brasil



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

A ELABORAÇÃO DA AGENDA 21 COMUNITÁRIA DO
BAIRRO ROSA ELZE, SÃO CRISTÓVÃO, SERGIPE:
UM INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Dissertação de Mestrado defendida por Danielle Rodrigues Dutra e aprovada em 07 de fevereiro de 2008 pela banca examinadora constituída pelos doutores:

Profa. Dra. Laura Jane Gomes – Orientadora
Universidade Federal de Sergipe

Profa. Dra. Rosemeri Melo e Souza
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Celso Locatel
Universidade Federal de Sergipe

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Profa. Dra Laura Jane Gomes – Orientadora
Universidade Federal de Sergipe

É concedida ao Núcleo responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe permissão para disponibilizar, reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias.

Danielle Rodrigues Dutra – Autora
Universidade Federal de Sergipe

Profa. Dra Laura Jane Gomes – Orientadora
Universidade Federal de Sergipe

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a Mahatma Gandhi, Che Guevara, Zumbi, Olga Benário Prestes, Steven Bico, Chico Mendes, Irmã Doroty e outras lideranças que tentaram mostrar que um mundo melhor é possível, foram assassinadas por esse motivo e que me inspiraram a continuar a sua luta. Vocês não morreram em vão.

AGRADECIMENTOS

A João e Rose que me geraram para exercer a liberdade, com responsabilidade, acreditando que os seres humanos devem ser respeitados, mesmo nas suas diferenças, por me amarem e me apoiarem acima de todas as minhas “loucuras”. Amo muito vocês.

A meu irmão Johnny que em todos os momentos de minha vida esteve do meu lado me apoiando ou me orientando a tomar as melhores decisões. Amo você.

A Kunibert Kolb por ter me arrancado de Curitiba para me fazer viver a melhor fase da minha vida. Amo você.

A minha grande amiga-irmã e orientadora Laura, mulher brilhante, inteligente, humilde, de uma capacidade inigualável no que se propõe a fazer, por me tornar uma pessoa melhor desde o momento em que a conheci, responsável pela profissional que sou e por compartilhar comigo a mesma “missão”. Nem precisa falar o quanto amo você Pimentinha.

Ao Prof. José Luiz, meu co-orientador da UFRJ, grande incentivador do mestrado desde a primeira fase do “De Olho”, cujas conversas sempre me enriquecem o conhecimento.

Aos assistentes técnicos, principalmente a Onildete, e agentes comunitários do “De Olho”, por realizarem o trabalho da melhor maneira possível, com dedicação e responsabilidade.

A Prof. Rose do PRODEMA, mulher inteligente, conselheira, segura nas suas decisões e ao mesmo tempo capaz de simplificar as formalidades em nome da amizade, pelo incentivo à minha inscrição no mestrado e por me ensinar os caminhos da Educação Ambiental.

Aos amigos Carlinhos Britto e Cezar Britto éticos e iluminados, por me darem a oportunidade profissional mais importante da minha vida, acreditando em mim desde o primeiro dia em que pisei na Sociedade Semear e me levaram para suas vidas, conquistas e famílias.

A Omar por estar presente em todos os momentos da minha vida desde que cheguei em Aracaju, por me ensinar a ter paciência nas horas difíceis e por ser minha família aqui.

Aos amigos colaboradores da Sociedade Semear Mônica, Liliam, Cita, Chou, Elvanir, Ivanilde, Nena, Paulinha, Elaine, Kátia, Nel, Sônia, Nena, Jailton, Paulinho, Chimbica, Mocó, Adriano, Maurinho por me apoiarem, acreditarem no meu trabalho e compreenderem meus momentos de ausência.

Aos amigos e eternos voluntários Andréa, Nane, Ulisses e Waldson por me fazer acreditar que o desapego e a entrega na busca de um mundo melhor é possível.

A Sérgio por apostar em mim e deslocar uma parte de sua empresa da Bahia para Sergipe, permitindo me realizar profissionalmente, além de ter se tornado um grande amigo para todas as horas, inclusive a de desabafos “em baldes”.

Aos amigos da Ambitech Marcinha, Silvano, Elaine, Raquel, Fabrício, Matheus por possibilitarem a minha ausência nas fases difíceis do mestrado e por mostrarem que é possível trabalhar com amigos que se pode contar a qualquer momento, de forma profissional, com responsabilidade e respeito.

Aos amigos Piranemicos Nadja, Ricardo, Thiago e Graziella por entenderem o momento da dissertação, pelas viagens recheadas de histórias, crescimento e aventuras.

A Graça da PETROBRAS, parceira de projeto, amiga e incentivadora, sem o apoio da qual em alguns momentos seria impossível atingir os resultados conseguidos no “De olho”.

A Andréa Karine e Matheus Felizola, parceiros de vida, sem os quais qualquer tipo de realização em Aracaju não ocorreria, pois não consigo imaginar minha vida sem os momentos que passamos e passaremos juntos, além do prejuízo que causaríamos aos bares de Aracaju.

Ao amigo-irmão Heitor e nossa família Fátima, Mosquito e Carol, pelas maravilhosas rodas de viola que me permitiram viajar pelas mais belas músicas brasileiras.

Aos amigos Ana, Jairo, Mami, T.O. e Gets por estarem do meu lado compartilhando momentos especiais, principalmente aqueles nos quais preciso de “alívio na pressão”. Bendito show do Paralamas do Sucesso em Itabaiana!

Aos parceiros de conferências da SEPLAN, amigos mais antigos Kazumi, Saulo, Lúcio e Patrícia, e aos mais recentes Nicéia, Angélica, Evandro e Anderson por nunca misturarem amizade com trabalho e ao mesmo tempo completarem essas partes.

Aos meus amigos do mestrado, por não serem somente colegas, mas parceiros de lutas e conquistas. Salve turma de “Boa Fé”.

A todas as comunidades em que trabalhei desde 1993 pelo Brasil afora por me ensinarem que o que aprendemos em “cubículos” nada vale se não aprendermos a ouvir o conhecimento popular e a vivência dentro de uma dura realidade.

A uma força maior que me guia todos os passos, me orienta a escolher o melhor caminho e me tornou uma pessoa abençoada nesse mundo de contradições.

RESUMO

O presente estudo analisou o Programa De Olho no Ambiente implementado pela Petróleo do Brasil S.A. (PETROBRAS), com a meta de obter Agendas 21 Comunitárias em comunidades de baixa inclusão social de áreas de interesse da empresa. O objetivo da pesquisa foi analisar o processo de elaboração da Agenda 21 Comunitária do Bairro Rosa Elze, município de São Cristóvão, em Sergipe. Tal análise se faz necessária pelo fato de que fornece dados novos sobre como se dá o processo de elaboração desse instrumento de construção de política pública participativa, além da existência de poucas experiências analisadas. O processo de elaboração da Agenda 21 Comunitária foi analisado sob os aspectos: das representatividades sociais; dos temas propostos pela comunidade no contexto da realidade local; da tipologia de participação e dos conflitos ocorridos. A forma de coleta e análise das informações foi por meio de pesquisa descritiva, exploratória e participante e o estudo de caso. Para analisar as tipologias de participação foi utilizada a classificação de Pretty que identificou a ocorrência de participações consulta, por meio de incentivos materiais, funcional, interativa e co-gestão. As representatividades sociais foram descritas como forma de demonstrar a construção dos conceitos e noções apreendidos durante o processo, demonstrando a presença de órgãos públicos e privados, universidades e sociedade civil organizada, em áreas de atuação diversificadas. A complexidade dos conflitos permitiu conhecer informações relacionadas aos aspectos legais, sociais e entre esferas de governo demonstrando a ocorrência de conflitos sociais de competência. A partir dos dados oriundos deste estudo, foi constatada a necessidade de analisar o processo de elaboração das Agendas 21 Comunitárias do Programa De Olho no Ambiente no Estado de Sergipe, a fim de propor melhorias na construção e formas de continuidade para a implementação do documento na busca do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chaves: Desenvolvimento Sustentável. Agenda 21. Participação. Representatividade Social. Conflitos Socioambientais.

ABSTRACT

This study examined the program “In Eys of Environment”, implemented by Petróleo do Brasil S.A. (PETROBRAS) which aims to obtain Community “Agendas 21” in low social inclusion communities, on relevant areas for the company. The objective of this research was to analyze the process of drafting the “Agenda 21 of the Rosa Elze Community”, located in São Cristóvão City, State of Sergipe. This analysis is important because provides new data about how works the drafting process of this building public policy participatory instrument, and also shows the existence of few examined experiences. The drafting process of the Community Agenda 21 has been reviewed under the following aspects: the social representaties; the topics proposed by the community in the local reality context, the multiple profiles of participation in occurring conflicts. The means of collection and analysis of information was descriptive participating and exploratory research and study of cases. To analyze the types of participation was used the Pretty Classification, which identified the occurrence of shares consultations, through tax incentives, functional, interactive and co-management. Social representaty were described as a way to demonstrate the construction of the concepts and notions learned during the process, demonstrating the presence of public and private organizations, universities and civil society in diverse areas of expertise. The complexity of conflicts allowed to know information related to legal and social aspects and between many government spheres showing the occurrence of social conflicts of jurisdiction. The data collected in this study allowed the observation of the need to examine the process of drafting Agendas 21 Community, through “In Eys of Environment” Program in the state of Sergipe, in order to propose improvements in construction and forms of continuity to the implementation of this document in pursuit of sustainable development.

Keywords: Sustainable Development. Agenda 21. Participation. Social Representaty. Social Conflicts.

SUMÁRIO

NOMENCLATURA.....	xii
LISTA DE FIGURAS.....	xiv
LISTA DE QUADROS E TABELAS.....	xv
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO.....	17
1.1. Estrutura do trabalho.....	19
CAPÍTULO 2 – REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
2.1 – Ambiente, desenvolvimento e sociedade.....	21
2.2 – Desenvolvimento sustentável.....	23
2.3 – Políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.....	27
2.4 – A participação no planejamento de políticas públicas.....	30
2.5 – A Agenda 21 como instrumento de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.....	33
2.6 – Agenda 21 Comunitária – O programa De Olho no Ambiente.....	38
CAPÍTULO 3 – PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....	43
3.1 – Área de estudo.....	43
3.2. – Coleta e análise dados.....	44
CAPÍTULO 4 – RESULTADO E DISCUSSÃO.....	48

4.1 – A Agenda 21 Comunitária do Bairro Rosa Elze.....	48
4.1.1 – O processo de sensibilização.....	48
4.1.2 – A pesquisa de campo e construção do diagnóstico socioambiental.....	50
4.1.3 – As reuniões comunitárias temáticas.....	54
4.1.4 – O Fórum da Agenda 21 Comunitária do Bairro Rosa Elze....	60
4.1.5 – A elaboração da Agenda 21 Comunitária do Bairro Rosa Elze.....	61
4.2 – Tipologias de participação.....	62
4.3 – Conflitos socioambientais identificados.....	74
 CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES E SUGESTÕES.....	 81
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 85
 ANEXOS	

NOMENCLATURA

A21L – Agenda 21 Local

AC – Agente Comunitário

AMABRE – Associação de Moradores e Amigos do Bairro Rosa Elze

APA – Área de Preservação Ambiental

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNUMAH - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano

COOPERCESMAC – Cooperativa de Reciclagem Centro Social Maria do Carmo

CPDS – Comissão de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira

DELIS - Desenvolvimento Local Integrado Sustentável

DESO – Companhia de Saneamento do Estado de Sergipe

DRP – Diagnóstico Rápido Participativo

ECO 92 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

EE – Estação Ecológica

GRUJIM – Grupo de Jovem Iluminando o Mundo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICLEI – Conselho Internacional de Iniciativas Ambientais Locais

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IUCN – International Union for Conservation of Nature

MMA – Ministério do Meio Ambiente

NES – Núcleo de Graduação em Estatística

ONG – Organização não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A

PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente

PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAGER - Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda
RIO + 10 - Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável
RIO 92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
SEMA – Secretaria do Meio Ambiente
SEMARH – Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Sergipe
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas
SESI – Serviço Social da Indústria
SINTESE – Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Sergipe
UBS – Unidade Básica de Saúde
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UNIT – Universidade Tiradentes
WCED – Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.7-1	Organograma da gestão do Programa De Olho no Ambiente (PETROBRAS, 2005).....	23
Figura 3.2-2	Etapas da elaboração da Agenda 21 Comunitária (Elaboração: Danielle Rodrigues Dutra, 2007).....	32
Figura 4.1-3	Capacitação de Agentes Comunitários.....	52
Figura 4.1-4.	Construção dos temas a serem trabalhados na Agenda 21 Comunitária...	55
Figura 4.2-5	Número de instituições presentes por atividades do Bairro Rosa Elze.....	73

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 4.1-1	Resultado da aplicação da ferramenta de DRP Realidade/Desejo para levantamento das demandas da comunidade do Bairro Rosa Elze.....	56
Quadro 4.2-2	Tipologia de participação do processo de elaboração da Agenda 21 Comunitária do Bairro Rosa Elze, segundo Pretty (1998).....	64
Tabela 4.2-3	Quantitativo de participantes por atividades ampliadas desenvolvidas com a comunidade e representação social.....	68
Quadro 4.2-4	Instituições presentes na elaboração da Agenda 21 Comunitária do Bairro Rosa Elze, com sua respectiva área de atuação.....	69
Tabela 4.2-5	Quantitativo de participantes por atividades ampliadas desenvolvidas com a comunidade e representação social.....	71
Quadro 4.2-6	Análise dos conflitos socioambientais registrados durante o processo de elaboração da Agenda 21 Comunitária do Bairro Rosa Elze.....	75

CAPÍTULO 1
INTRODUÇÃO

1 – INTRODUÇÃO

O planejamento de políticas públicas pode ser elaborado por meio de vários instrumentos de participação popular. Um deles é a Agenda 21 Local, que envolve a sociedade civil, empresas e governo em um processo amplo e participativo de consulta sobre os problemas ambientais, sociais, econômicos, culturais, políticos e institucionais de um município.

O enfoque da Agenda 21 não é restrito à preservação e conservação da natureza. Trata-se de uma proposta que rompe com o desenvolvimento dominante em pequena escala, onde predomina o econômico, dando lugar a sustentabilidade ampliada, que une a agenda ambiental e a agenda social. Enuncia a indissociabilidade entre os fatores sociais e ambientais, além da necessidade de que a degradação do meio ambiente seja enfrentada com o problema mundial da pobreza. Considera, dentre outras, questões estratégicas ligadas à geração de emprego e renda; diminuição das disparidades regionais e interpessoais de renda; mudanças nos padrões de produção e consumo; construção de cidades sustentáveis e adoção de novos modelos e instrumentos de gestão.

O presente estudo parte do princípio de que ao elaborar a Agenda 21 Local, o poder público planeja suas ações, gerando políticas públicas prioritárias localizadas, permitindo que as principais necessidades sejam atendidas com o envolvimento da sociedade, constituindo-se em um novo paradigma rumo ao desenvolvimento sustentável.

A Agenda 21 Local depende da incorporação dos diversos atores sociais para a execução das políticas públicas. Por se tratar de um novo modo de planejamento com a participação da sociedade, apesar de ser uma tendência, ainda não tem se consolidado quando implementada. Isso pode ocorrer por ausência de iniciativa do poder público ou falta de envolvimento da sociedade, acostumada a políticas públicas assistencialistas, um comportamento de não exercício da cidadania.

A Agenda 21 Local, segundo o Ministério do Meio Ambiente se realiza na unidade do município. Outro modo de se conceber uma Agenda 21 Local é sua elaboração e execução em pequenas localidades (bairros, distritos, povoados) proposto pelo Programa De Olho no Ambiente, promovido pela PETROBRAS e por Organizações Não Governamentais brasileiras, que vem sendo chamada de Agenda 21 Comunitária e é tema dessa dissertação.

No período de agosto de 2006 a outubro de 2007, a Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS, em parceria com a organização não-governamental Sociedade de Estudos Múltiplos, Ecológica e de Artes - SEMEAR, promoveu no estado de Sergipe o Programa De Olho no Ambiente com objetivo de apoiar as comunidades de baixa inclusão social das áreas de influência direta ou indireta de suas instalações, ou que sejam de importância estratégica para a empresa, na obtenção de Agendas 21 Comunitárias.

No programa a iniciativa do planejamento de políticas públicas com a participação da sociedade foi de uma empresa de geração de energia e gás e não do poder público local, o executor a Agenda 21 Comunitária.

O processo de elaboração da Agenda 21 Comunitária possibilita às comunidades envolvidas a tomada de decisão na busca do desenvolvimento local sustentável, identificando as prioridades das necessidades das localidades, o exercício da cidadania e a busca da auto-gestão da comunidade em parceria com o poder público.

Durante as atividades de construção do documento, os atores sociais criaram a expectativa de implementação das demandas prioritárias identificadas, o que não ocorreu ainda. Para tanto, faz-se necessário a continuidade do processo no sentido de capacitar as comunidades envolvidas para, juntamente como o poder público local, construir e executar as políticas públicas planejadas na Agenda 21 Comunitária.

No Brasil, a iniciativa da elaboração de Agendas 21 Comunitárias não existia antes do programa. A análise desse instrumento ainda não foi realizada, tornando-se necessária para a concretização das ações planejadas, em forma de políticas públicas executadas com o envolvimento da sociedade.

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar a participação popular no processo de elaboração da Agenda 21 Comunitária do Bairro Rosa Elze, município de São Cristóvão, em Sergipe e por objetivos específicos descrever a representatividade social e os conflitos socioambientais ocorridos.

1.1 - ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos. No capítulo um (1) fez-se uma introdução acerca do tema em questão. No capítulo dois (2) foi realizada a fundamentação teórica da pesquisa tratando-se sobre a relação da sociedade com o ambiente e o desenvolvimento; visões sobre desenvolvimento sustentável; políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável; participação no planejamento de políticas públicas e o Programa De Olho no Ambiente. No capítulo três (3) foram descritos os procedimentos metodológicos da pesquisa. No capítulo quatro (4) os resultados e a análise dos dados foram apresentados, mostrando assim o processo de elaboração da Agenda 21 Comunitária por meio do estudo de caso do Bairro Rosa Elze, Município de São Cristóvão. Este trabalho foi concluído no capítulo cinco (5), onde se descreveu como foram atingidos os objetivos e a importância desta pesquisa, apresentando sugestões para futuras dissertações.

CAPÍTULO 2
REFERENCIAL TEÓRICO

2 – REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 - AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE

Ao longo da história da humanidade, a construção de suas normas e comportamentos foi baseada em expansão e crescimento, transformando sua cultura e o meio onde se insere.

Na busca da melhor forma de se relacionar com o ambiente e no seio da própria sociedade, o ser humano produz cultura. Nesse sentido, Quintas (2002) afirma que a concepção da questão ambiental que está na relação homem-natureza não é suficiente para direcionar um processo de análise e reflexão, que permita a compreensão deste relacionamento em toda a sua complexidade. Para esse autor, isso significa dizer que a chave do entendimento da problemática ambiental está no mundo da cultura, ou seja, na esfera da totalidade da vida em sociedade.

Nesse contexto, surge a questão ambiental problematizando as bases de produção, apontando para a desconstrução do paradigma econômico da modernidade e, ao mesmo tempo, apontando para a construção de futuros possíveis, fundados nos limites que estabelecem as leis da natureza, assim como nos potenciais ecológicos da cultura e da criatividade humana (Leff, 2000). Assim, a atualidade da degradação ambiental refere-se a um processo social, que apenas pode ser compreendido como uma questão socioambiental.

Para Gonçalves (2004), a humanidade toda está submetida a riscos derivados de ações decididas por poucos em benefício de alguns. O desafio ambiental requer outros valores – solidariedade, generosidade, equidade, liberdade, democracia de alta intensidade. É preciso resgatar a política, no seu sentido mais profundo de arte de definir os limites, que só é plena na democracia. Esses limites haverão de ser construídos por meio de diálogo entre os saberes e

entre modalidades distintas de produção de conhecimento, a fim de se propor um novo modelo de desenvolvimento.

Na década de 70, as questões ambientais tiveram inserção no cenário político-institucional por meio do surgimento dos movimentos ambientais, contribuindo na elaboração e efetivação de políticas públicas favoráveis para propor um novo modelo de desenvolvimento. Conforme Bernardes et al (2003), entre os anos de 1974 a 1981, o ambientalismo caracteriza-se pela denúncia de degradações ambientais e pela criação de comunidades alternativas. Entre 1982 a 1985, foi marcado pela expansão quantitativa e qualitativa dos movimentos. A partir de 1986, a maioria dos movimentos ecológicos decidiu participar ativamente da arena parlamentar.

Sendo assim, os movimentos ambientais aliados a movimentos populares contribuíram para uma nova visão da relação sociedade/natureza e para discussões acerca da problemática ambiental no mundo.

Cabe aqui a reflexão de que os problemas não serão resolvidos somente por ambientalistas, técnicos e especialistas da área; muito menos sem uma transformação da educação de um modo amplo em todos os níveis e modalidades. Segundo as orientações da Conferência de Tbilisi (1997) é preciso fomentar o desenvolvimento da capacidade científica e tecnológica para resolver os problemas que buscam a melhoria das condições de vida, aliado ao fortalecimento de uma consciência e uma ética ecológicas em escala mundial (Lima, 1999). Cabe também, estimular a participação efetiva dos setores ativos da população, na concepção, decisão e controle das políticas inspiradas pelas novas opções de desenvolvimento.

Enfim, o futuro da humanidade depende de profundas mudanças de paradigmas da sociedade e só será eficaz se constituir um cálculo consciente resultante de uma inteligência crítica, que descubra as reais formas de organização política da vida, institua uma nova sociedade no processo de produção e na organização do trabalho e se estabeleça em novas bases de cooperação (Bernardes et al, 2003).

2.2 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O surgimento e desenvolvimento da Agenda 21 estão intrinsecamente ligados à construção do conceito de desenvolvimento sustentável. Sendo assim, cabe aqui uma retrospectiva da construção do conceito de desenvolvimento sustentável, a fim de se entender os tipos e processos da Agenda 21 que estão surgindo no Brasil.

Em 1972, 113 países se reuniram na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (CNUMAH), realizada em Estocolmo, Suécia, em 1972. A Conferência de Estocolmo teve por objetivo a reação da comunidade internacional aos problemas ambientais, onde das formulações, estudos, buscas e discursos passou-se à prática. Nesse sentido a Organização das Nações Unidas (ONU) convocou os países a perceberem a situação do meio ambiente no mundo e quais ações seriam necessárias, visando a recuperação do dano quando for possível, a prevenção e em que áreas necessitam a revisão das posturas mundiais (Preste, 2000). Freitas (2000) comenta que:

"A Conferência de Estocolmo, em 1972, foi o grande divisor de águas. Contendo 26 princípios, ela veio acompanhada de um plano de ação composto de 109 resoluções. Passaram as nações a compreender que nenhum esforço, isoladamente, seria capaz de solucionar os problemas ambientais do Planeta".

No início da década de 80, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e para o Desenvolvimento Sustentável (PNUD), afirmou que o desenvolvimento sustentável consiste na modificação da biosfera e na aplicação de seus recursos para atender às necessidades humanas a aumentar a sua qualidade de vida (IUCN et al, 1980).

Logo após, em 1983, as Nações Unidas criaram a World Commission on Environment and Development (WCED), cujo relatório "*Our Future Common*", também conhecido como Relatório Brundtland colocou que os seres humanos deveriam mudar o tipo de

desenvolvimento que as nações estavam conduzindo, com exclusão social e degradações ambientais. Esse documento relata que:

“A humanidade tem a capacidade de tornar o desenvolvimento sustentável - de assegurar que ele atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades” (WCED, 1987).

Esse conceito foi construído mais como uma forma diplomática de tratar a questão ambiental em um âmbito internacional, do que de concretizar um processo de transformação no modelo de desenvolvimento econômico vigente. É nesse documento que também se inicia a discussão sobre as dimensões da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Após a elaboração do Relatório Brundtland e devido a inúmeros impactos ambientais de projeção internacional, a Assembleia Geral das Nações Unidas convocou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). Esta conferência, conhecida como ECO 92, RIO 92 ou Cúpula da Terra, ocorreu no Rio de Janeiro, em junho de 1992. Foi um marco decisivo nas negociações internacionais sobre as questões de meio ambiente e desenvolvimento. Seus principais objetivos eram alcançar um equilíbrio justo entre as necessidades econômicas, sociais e ambientais das gerações atuais e futuras e estabelecer as bases para uma associação mundial entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, entre gestores públicos e setores da sociedade civil, baseadas na compreensão das necessidades e interesses comuns e criação da Agenda 21 Global (MMA, 2004).

Outros conceitos de desenvolvimento sustentável foram surgindo a partir da Rio 92, a exemplo de Pornk & ul Haq (1992), em que o desenvolvimento é sustentável quando o crescimento econômico traz justiça e oportunidade para todos os seres humanos do planeta. Entretanto, quando se observa o alto grau de injustiça social e má distribuição de renda em que se encontra a humanidade, fica difícil acreditar na proximidade de uma efetivação de um desenvolvimento sustentável nesse sentido.

Já Constanza (1991) acredita que o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser inserido na dinâmica entre o sistema econômico humano e um sistema maior, com taxas de

mudanças mais lenta, o sistema ecológico. Para ser sustentável essa relação deve assegurar que a vida humana possa continuar indefinidamente, com crescimento e desenvolvimento da sua cultura, observando-se que os efeitos das atividades humanas permaneçam dentro das fronteiras adequadas, de modo a não destruir a diversidade, a complexidade e as funções do sistema ecológico de suporte à vida.

Para Bossel (1998) o conceito de desenvolvimento sustentável envolve a questão temporal. Sendo assim, a sustentabilidade de um sistema só pode ser observada a partir da perspectiva futura, de ameaças e oportunidades. Nesse conceito, já se percebe a preocupação com a dimensão da temporalidade no conceito de sustentabilidade.

Levando em conta que o desenvolvimento sustentável para ser compreendido possui dimensões, Sachs (2002) recomenda a utilização de oito critérios distintos de sustentabilidade para validação dos objetivos do desenvolvimento sustentável:

- social - alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição justa de renda; emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais;
- cultural - mudanças no interior da continuidade cultural - equilíbrio entre respeito à tradição e inovação; capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno - em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas; autoconfiança combinada com abertura para o mundo;
- ecológica: preservação do potencial da natureza na sua produção de recursos renováveis; limitação do uso dos recursos não-renováveis;
- ambiental - respeito à capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais;
- territorial - configurações urbanas e rurais balanceadas - eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público; melhoria do ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais; estratégias de desenvolvimento

ambientalmente seguro para áreas ecologicamente frágeis - conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento;

- econômica: desenvolvimento econômico inter-setorial equilibrado; segurança alimentar; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; inserção soberana na economia internacional;
- política nacional - democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do poder público para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; um nível razoável de coesão social;
- política internacional - eficácia do sistema de prevenção de guerras, na garantia de paz e na promoção da cooperação internacional; um pacote entre países dos hemisférios Norte e Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade - regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco; controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; controle institucional efetivo da aplicação do princípio da precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica e cultural; gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade; sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de *commodity* da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

Em agosto e setembro de 2002, em Johannesburgo, África do Sul, ocorreu a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio + 10 -, que contou com a participação de mais de 100 mil pessoas - delegados oficiais de 189 países, representantes de organizações da sociedade civil, ambientalistas, técnicos, cientistas e jornalistas. A Rio + 10 teve por objetivos principais avaliar os acordos e convênios ratificados na Rio 92, particularmente a Agenda 21 e delinear os próximos passos para a implementação desses documentos. Os participantes

avaliaram que não obtiveram os resultados esperados no evento e em alguns casos houve retrocessos (Little, 2003).

Pensando nos desafios do desenvolvimento sustentável, Camargo (2003) afirma que os principais entraves a um desenvolvimento sustentável global estão interligados entre si e podem ser agrupados em entraves culturais, científicos, político-econômicos, sociais, éticos, ideológicos, psicológicos e filosófico-metafísicos. A possibilidade de um desenvolvimento sustentável se dará a partir da mudança nas relações do homem com a natureza e dos seres humanos entre si e por meio do aprimoramento do caráter humano.

Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável ainda carece de uma versão mais acabada de categorias teóricas e práticas para um novo patamar na relação sociedade natureza (Pires, 1998). É um processo que precisará ser gerido por uma nova consciência individual e coletiva, por um novo estágio espiritual. Transcende questões, discussões, alianças e decisões puramente políticas. Precisamos enfrentar o principal de todos os entraves: nós mesmos (Camargo, 2003).

2.3 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O ambientalismo tomou forças após a segunda guerra mundial, principalmente em decorrência da explosão da bomba atômica e de várias outras catástrofes ambientais causadas pela ação antrópica, constatando-se que suas conseqüências eram de ordem planetária. Mas, somente na década de 70, caracterizada por meio de vários movimentos e relatórios, a questão ambiental passou a ser um assunto atrelado à capacidade de suporte do planeta e diretamente relacionado à exploração dos recursos naturais (Gomes, 2002).

Segundo Souza (2007), o governo ditatorial inicia na década de 70 a formulação de uma política de meio ambiente para o Brasil, criando a Secretaria de Meio Ambiente (Sema)

em 1973 que, a partir daí, entre outras realizações, introduziu as áreas de proteção ambiental (APAs) e as estações ecológicas (EEs) como unidades de conservação; viabilizou a estrutura de meio ambiente na esfera estadual; promulgou a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) em 1981, que definiu a figura jurídica dos recursos ambientais e o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

Na década de 90, ocorreram avanços da temática ambiental na agenda da política nacional como a construção de um sistema nacional de meio ambiente, promulgação de modernas leis ambientais, além de práticas que serviram de exemplo para outros países. Porém, o ritmo de contaminação e degradação ambiental no Brasil, durante o mesmo período, foi muito acelerado. As ações de construção de políticas públicas ambientais, em prol da sustentabilidade, continuam sendo ínfimas em comparação com o avanço do modelo de desenvolvimento atual (Little, 2003).

Paralelamente ao crescimento em políticas públicas ambientais, surgiram novos movimentos ambientalistas e aumentou o envolvimento de movimentos sociais pelas questões, ditas assim, sociambientais. Além disso, o setor empresarial começa a preocupar-se com a problemática ambiental por meio dos produtos certificados, construção de sistemas de manejo ambiental, implementação da gestão ambiental e a ISO 14.000, que certifica bens e serviços produzidos de maneira a minimizar o impacto ambiental (Little, 2003).

O Congresso Constituinte de 1987-88 resultou na promulgação da Constituição Federativa do Brasil, que possui o artigo 225 dedicado exclusivamente ao meio ambiente pela primeira vez na história do país (Brasil, 1990).

Nesse contexto, surge um novo conceito de políticas públicas como o conjunto de decisões inter-relacionadas, definido por atores políticos, que tem como finalidade o ordenamento, a regulação e o controle do bem público. Já políticas ambientais são aquelas que procuram garantir a existência de um ambiente de boa qualidade para todos os cidadãos desse país (Little, 2003).

A partir desses conceitos surgem os desafios de lidar com a diversidade de atores sociais a serem incorporados nas políticas públicas; participação e envolvimento dos atores

sociais na elaboração e execução de políticas públicas; abordagem transversal da temática ambiental; revisar as formas vigentes de desenvolvimento econômico e os níveis de atuação das políticas públicas ambientais - comunitário, local, estadual, territorial, nacional e global (Little, 2003).

As políticas públicas estão hoje a meio caminho entre um discurso atualizado e um comportamento social bastante predatório. Por um lado, as políticas públicas têm contribuído para o estabelecimento de um sistema de proteção ambiental no país; mas por outro lado, o poder público é incapaz de fazer com que os indivíduos e as empresas cumpram com uma proporção importante da legislação ambiental (Ferreira, 2003).

O processo de formulação das políticas públicas é grandemente influenciado pela percepção que os indivíduos têm da realidade. Tem-se enfatizado a ampliação de mecanismos de participação dos diversos atores sociais envolvidos com gestão de recursos naturais. O poder público tem procurado construir um modelo de gestão que integre interesses diversos, resolvendo as contradições postas quando se procura alcançar desenvolvimento econômico e conservação da natureza (Cunha & Coelho, 2003).

No estado de Sergipe, segundo a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Sergipe (Sergipe, 2007), existe a Política Estadual de Meio Ambiente estabelecida pela Lei 5.858 de 22 de março de 2006, a Política Estadual de Resíduos Sólidos estabelecida pela Lei 5.857 de 22 de março de 2006, e a Política Estadual de Recursos Hídricos estabelecida pela Lei 3.870 de 25 de setembro de 1997, com Conselho Estadual de Recursos Hídricos, o Fundo Estadual de Recursos Hídricos e três Comitês de Bacia em estruturação, formando o Sistema Estadual de Recursos Hídricos. Um projeto de lei sobre a Política Estadual de Educação Ambiental se encontra atualmente tramitando na Assembléia Legislativa.

Mesmo com algumas iniciativas no sentido de políticas públicas para sustentabilidade no Estado de Sergipe, nenhuma foi construída com o envolvimento da sociedade.

2.4 – A PARTICIPAÇÃO NO PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O planejamento participativo tem sido extensamente utilizado no campo do desenvolvimento, para envolver pessoas e usuários de serviços em processos de consulta, com a finalidade de formular e executar projetos e programas de serviços locais, que atendam a maioria dos cidadãos.

Os planos estratégicos resultam de acordos firmados entre os diferentes segmentos sociais; se os principais interessados não sentem o plano como seu, certamente, não irão contribuir para a sua implementação.

Para Bordenave (1994) participação no âmbito social é o ato ou efeito dos indivíduos tomarem parte nas realizações coletivas, nos processos de produção social, tornando a participação o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realização, afirmando-se a si mesmo e como dominador da natureza e do mundo. Nesse sentido, participar significa atuar e ter poder para transformar a realidade social.

A temática participação vem se consolidando na construção de políticas públicas, porém nem sempre foi implementada de forma consciente e efetiva. Muitas vezes, a participação se limita à realização de consultas e audiências públicas, nas quais as pessoas não conseguem expressar suas opiniões e a decisão final cabe a poucos (Little, 2003).

No Brasil, no processo construção de políticas públicas com a participação da sociedade ocorreu alguns avanços significativos, porém ainda existe a necessidade de muitos ajustes. Existem vários exemplos nesse sentido como orçamento participativo; plano plurianual participativo; conferências municipais, estaduais e nacionais; audiência pública no processo de licenciamento ambiental; plano diretor participativo; consultas públicas para criação de unidades de conservação; conselhos gestores em unidades de conservação e conselhos federais, estaduais e municipais compartilhando a gestão pública.

Cabe aqui o questionamento sobre como se dá esse processo de participação, identificando a sua tipologia, segundo Pretty (1995) como:

- **Participação manipulada** - A participação é simplesmente aparente, com representantes da comunidade integrando conselhos oficiais, para os quais não foram eleitos e nem têm poder.
- **Participação passiva** - As pessoas participam tomando conhecimento sobre o que já foi decidido ou feito. Ela envolve comunicados unilaterais feitos pelos administradores ou gerentes do projeto sem qualquer atenção às respostas das pessoas. As informações compartilhadas provêm exclusivamente de profissionais externos.
- **Participação por consulta** - As pessoas participam por meio de consultas ou respondendo a questionários. Agentes externos definem os problemas, os processos de coleta de dados e controlam as análises. O processo de consulta não concede qualquer participação nas tomadas de decisão e os profissionais não são obrigados a considerar o ponto de vista das pessoas.
- **Participação por meio de incentivos materiais** - As pessoas participam contribuindo com recursos, por exemplo trabalho, em troca de alimento, dinheiro ou outro incentivo material. É muito comum considerar este modo de participar como a noção geral de participação, contudo as pessoas normalmente não têm interesse em preservar as práticas e as tecnologias sugeridas quando os incentivos terminam.
- **Participação funcional** - A participação é vista pelas agências externas como um meio para alcançar as metas do projeto e, especialmente, reduzir custos. As pessoas participam formando grupos para atender objetivos pré-determinados relacionados ao projeto. Tal envolvimento pode ser interativo e compreender decisões compartilhadas, mas tende a ocorrer depois que as principais decisões já foram tomadas por agentes externos. Na pior das hipóteses, as pessoas podem, pelo menos, alcançarem os objetivos definidos externamente.

- **Participação interativa - co-gestão** - As pessoas participam em análises conjuntas, no desenvolvimento de planos de ação e na formação ou fortalecimento de instituições locais. A participação é vista como um direito, não apenas como um meio de alcançar metas de projeto. O processo compreende métodos interdisciplinares que consideram múltiplas perspectivas e fazem uso de processos de aprendizagem estruturados e sistêmicos. Quando os grupos locais tomam controle sobre as decisões locais e determinam como são utilizados os recursos disponíveis, eles passam a ter interesse em manter as estruturas e práticas sugeridas e adotadas.
- **Auto-mobilização (auto-gestão)** - As pessoas participam tomando iniciativas independentemente de instituições externas para mudar os sistemas. Eles desenvolvem contatos com instituições externas para obtenção de recursos ou assessorias técnicas que necessitem, mas retêm o controle sobre a forma de uso dos recursos. A auto-mobilização pode se disseminar se o poder público e as ONG's oferecerem uma estrutura de apoio que a promova. Tal iniciativa de auto-mobilização pode ou não transformar a distribuição de riqueza e poder existente.

Outro modo de estabelecer uma tipologia de participação é apresentado por Pizzorno (1996) que sugere a distinção entre a participação profissional e a não-profissional, e entre participação congruente ou não com as regras prevalentes do jogo político.

A participação profissional congruente é aquela dos políticos profissionais, enquanto que a participação profissional incongruente, ou não-integrada, é aquela dos profissionais de movimentos sociais não institucionalizados politicamente.

A participação não-profissional integrada é aquela do cidadão votante, enquanto que a participação não profissional e não integrada é aquela típica das sub-culturas políticas que se mantém à margem do sistema dominante. A primeira distinção permite separar conceitualmente a elite política do grande público, enquanto que a segunda aponta para a capacidade dos sistemas políticos de incorporar e legitimar, ou não, certas demandas de participação por parte de certos setores da sociedade.

2.5 - A AGENDA 21 COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Na Eco-92, foram assinadas a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; Convenção sobre Biodiversidade; Convenção sobre Mudanças Climáticas; Carta de Princípios das Florestas e Agenda 21. Este último documento busca o desenvolvimento sustentável para o século XXI, a curto, médio e longo prazo (MMA, 2004). O processo de elaboração da Agenda 21 preconiza que a temática ambiental seja tratada de forma transversal, já que os problemas ambientais não são adequadamente tratáveis mediante uma abordagem setorial (Gugelmin et al, 2003).

Para a implementação da Agenda 21, foi criada a Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas para apoiar, encorajar e supervisionar o poder público e outros atores sociais (setores comercial e industrial, organizações não-governamentais e outros setores da sociedade civil), sobre as medidas que deveriam adotar para aplicar os acordos firmados na conferência (MMA, 2004).

A Comissão é formada por representantes de 53 países eleitos. As organizações inter-governamentais e não-governamentais credenciadas junto à Comissão podem participar de suas sessões na qualidade de observadoras, com o objetivo promover o diálogo e criar associações entre o poder público, as organizações das Nações Unidas e os grupos principais, fundamentais para promover o desenvolvimento sustentável em todo o mundo. Como atividades procura examinar a aplicação dos acordos firmados na Rio 92, distribuir orientações normativas ao poder público e atores sociais principais que realizam atividades relacionadas com o desenvolvimento sustentável e fortalecer a Agenda 21, elaborando novas estratégias, caso seja necessário. A Comissão se reúne anualmente em Nova York, apresenta informes ao Conselho Econômico e Social e formula recomendações à Assembléia Geral (MMA, 2004).

Os temas da Agenda 21 estão agrupados em 40 capítulos e 4 seções (Gugelmin et al, 2003):

- Aspectos sociais e econômicos – relações entre meio ambiente, pobreza, saúde, dívida externa, consumo e população;
- Conservação e administração de recursos – maneiras de gerenciar recursos físicos como terra, mares, energia e lixo para garantir o desenvolvimento sustentável;
- Fortalecimento dos grupos sociais – formas de apoio a grupos sociais organizados e minoritários que colaboram para a sustentabilidade;
- Meios de implementação – financiamento e papel das organizações governamentais e não-governamentais.

Como instrumento de política pública, construído de modo participativo, na Agenda 21 é preciso resgatar a política no seu sentido mais profundo de arte de definir os limites, que só é plena na democracia. Esses limites deverão de ser estabelecidos por meio da construção entre os saberes e entre modalidades distintas de produção de conhecimento. O que se requer é um saber que dialogue com o lugar, com os do lugar e que não se imponha do alto, de fora. É preciso agir não só localmente, como regionalmente, nacional e mundialmente. É a sociedade, e seu espaço como um todo, que está implicada no desafio ambiental (Gonçalves, 2004).

Nesse sentido, na RIO-92 o Brasil assumiu o compromisso de realizar a Agenda 21 Brasileira, elaborada no período de 1997 a 2001. Esse documento foi construído com base nos seis temas estratégicos de gestão dos recursos naturais, agricultura sustentável, cidades sustentáveis, redução das desigualdades sociais, infra-estrutura, integração regional e ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável. Além disso, foi dividido em duas partes (MMA, 2004):

- ações prioritárias – estabelecem os caminhos preferenciais da construção da sustentabilidade brasileira; identificam os desafios emergenciais a serem enfrentados pela sociedade brasileira rumo a um novo desenvolvimento; relatam como ocorreu a construção do documento;

- resultado da Consulta Nacional – identifica as propostas das discussões realizadas em todo território nacional - das minorias, da pobreza, da exclusão, das adequações tecnológicas e das potencialidades; apresenta propostas das diferentes regiões do país organizadas em forma de princípios orientadores de políticas públicas.

Para a elaboração e implementação da Agenda 21 Brasileira, em 1997 foi criada a Comissão de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira (CPDS).

A implementação da Agenda 21 Brasileira depende da incorporação dos atores sociais das mudanças que se fazem necessárias na estrutura do país. Isso em parte ocorre em alguns programas do governo federal baseados nos princípios da Agenda 21 como o Programa Farol do Desenvolvimento do Banco do Nordeste; Programa Comunidade Ativa; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF; Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda - PRONAGER; Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT; Desenvolvimento Local Integrado Sustentável do Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas - DELIS-SEBRAE (Gugelmin et al, 2003).

No Brasil, existem exemplos de elaboração de Agenda 21 Estadual baseadas na metodologia da Agenda 21 Brasileira, consultando a população e adequando as premissas e os temas considerados prioritários à realidade de cada estado federativo do país.

Além da Agenda 21 Brasileira e das Estaduais, o capítulo 28 da Agenda 21 global estabelece que:

“Cada autoridade em cada país implemente uma Agenda 21 Local tendo como base de ação a construção, operacionalização e manutenção da infraestrutura econômica, social e ambiental local, estabelecendo políticas ambientais locais e prestando assistência na implementação de políticas ambientais nacionais” (MMA, 2004).

Ainda segundo a Agenda 21, como muitos dos problemas e soluções apresentados neste documento têm suas raízes nas atividades locais, a participação e cooperação das autoridades locais são fatores determinantes para o alcance de seus objetivos (MMA, 2004).

O primeiro conceito de Agenda 21 Local (A21L) foi formulado pelo International Council of Local Environmental Initiatives (ICLEI) em 1991, durante a fase preparatória da Eco-92, na qual ocorreu sua integração no documento da Agenda 21 Global. Conforme ICLEI, Agenda 21 Local é um processo participativo, multissetorial, para alcançar os objetivos da Agenda 21 no nível local, por meio da preparação e implementação de um plano de ação estratégico, de longo prazo, dirigido às questões prioritárias para o desenvolvimento sustentável local (ICLEI, 2007).

Segundo o MMA (2005), a Agenda 21 Local é um instrumento de planejamento de políticas públicas, que envolve a sociedade civil e o poder público em um processo amplo e participativo de consulta sobre os problemas ambientais, sociais e econômicos locais e o debate sobre soluções para esses problemas, por meio da identificação e implementação de ações concretas que visem o desenvolvimento sustentável local. O MMA considera como unidade local o município.

O princípio da A21L é de que na base local os problemas são identificados e as soluções encontradas. Para tanto, faz-se necessária a inclusão de todos os atores sociais no processo de planejamento (Gugelmin et al, 2003).

Na busca da sustentabilidade proposta pela Agenda 21 Local, o poder tem sentido público e coletivo tornando-se tão mais legítimo quanto mais diluído e compartilhado for. Isso implica criar estruturas de formulação, avaliação e decisão mais horizontalizadas e capazes de gerar eficiência pela operação das competências pessoais num ambiente de respeito pela diversidade de opiniões, culturas e idéias, com dedicação e criatividade. O pressuposto é de que nessa busca surgirá a competência coletiva de que o país precisa para erigir um novo modelo de desenvolvimento que seja sustentável (MMA, 2005).

Os pré-requisitos para a instalação de um processo de Agenda 21 Local são pressupõem um fórum instalado, a secretaria executiva funcionando, uma certa base de

sensibilização e a conscientização da comunidade. Uma A21L bem construída será uma força local capaz de sobrepor-se como metodologia de resolução de conflitos e de tomada de decisão pública (Gugelmin et al, 2003).

A Agenda 21 Comunitária é uma nova proposta em andamento por meio do Programa De Olho no Ambiente, implementado pela PETROBRAS em parceria com 12 ONG's do Brasil. Segundo esse programa, a Agenda 21 Comunitária segue os preceitos da Agenda 21 Local, porém tem como unidade de implementação comunidades menores que o município como um bairro, um distrito ou um povoado (PETROBRAS, 2005).

Nesse contexto, a partir da definição de política como a arte do poder e como a faculdade de tomar decisões, fica clara a importância dos processos de tomada de decisão no contexto político e por consequência na gestão. As formas de tomadas de decisão são muito importantes e refletem tanto o caráter democrático quanto à eficiência das escolhas de decisões. As políticas ambientais são dependentes de uma vontade política para com as questões socioambientais e das disponibilidades sociais, econômicas e técnicas para a sua implementação (Pereira, 2000).

Essa tomada de decisão talvez seja uma das mais importantes atividades dos comportamentos dos grupos envolvidos. A tomada de decisão estabelece a direção que se quer dar às ações práticas. O gargalo dos processos decisórios, cuja perspectiva teve voz por muito tempo, tanto no setor público quanto na iniciativa privada, pode ter causado a maior parte dos problemas com os quais as comunidades têm que lidar hoje em dia.

Todo o processo de elaboração da Agenda 21 local deve ser permeado por atividades de Educação Ambiental. Ao estabelecer essas atividades, o estudo atende aos preceitos da Lei nº 9.795 de 25 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e a sua regulamentação por meio do Decreto nº 4.218 de 25 de junho de 2002.

No caso da Agenda 21 Comunitária, a construção do documento de forma participativa não foi por iniciativa do poder público, mas sim de uma empresa que produz energia no Brasil, a fim de subsidiar seus projetos e programas de responsabilidade socioambientais e compensação ambiental.

2.7 – AGENDA 21 COMUNITÁRIA – O PROGRAMA DE OLHO NO AMBIENTE

O Programa De Olho no Ambiente é uma proposta de desenvolvimento sustentável criado pela PETROBRAS, com objetivo de apoiar as comunidades de baixa inclusão social das áreas de influência direta ou indireta de suas instalações, ou que sejam de importância estratégica para a empresa, na obtenção de Agendas 21 Comunitárias.

A primeira fase do programa aconteceu durante o período de 17 de janeiro até 15 de fevereiro de 2004 envolvendo 12 ONG's ambientais e a Fundação José Pelúcio de Oliveira da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Neste período foram montadas tendas de 1.500 m² em praias do litoral do Rio Grande do Sul ao Ceará e na cidade de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, para desenvolver atividades relacionadas com meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Os resultados foram a criação de uma rede de ONG's para a sustentação do programa, uma rede institucional dedicada, parcerias com os governos federal, estaduais e municipais, mais de 5.000 pessoas participando de oficinas ambientais, mais de 2.000.000 de visitantes, além de alta visibilidade e sensibilização nas regiões das atividades.

Para a segunda fase, o programa teve por objetivo elaborar Agendas 21 Comunitárias em localidades de baixa inclusão social, em 12 estados brasileiros e 335 comunidades de agosto de 2006 a outubro de 2007. Ao todo, a execução do programa no estado de Sergipe envolveu 17 assistentes técnicos, 400 agentes comunitários. Como resultado, foram elaboradas 33 Agendas 21 Comunitárias, 33 Diagnósticos Socioambientais em 33 localidades e 23 municípios.

Para a realização do programa foi constituído um comitê gestor e formadas coordenação geral, exercida pela PETROBRAS Corporativa; coordenação técnica exercida pela PETROBRAS UN-SE/AL; Fundação José Pelúcio Ferreira - UFRJ; Ministério do Meio Ambiente e Ministério das Cidades e a coordenação técnica local, exercida por uma organização não-governamental, a Sociedade Semear (Figura 2.7-1) (PETROBRAS, 2005).

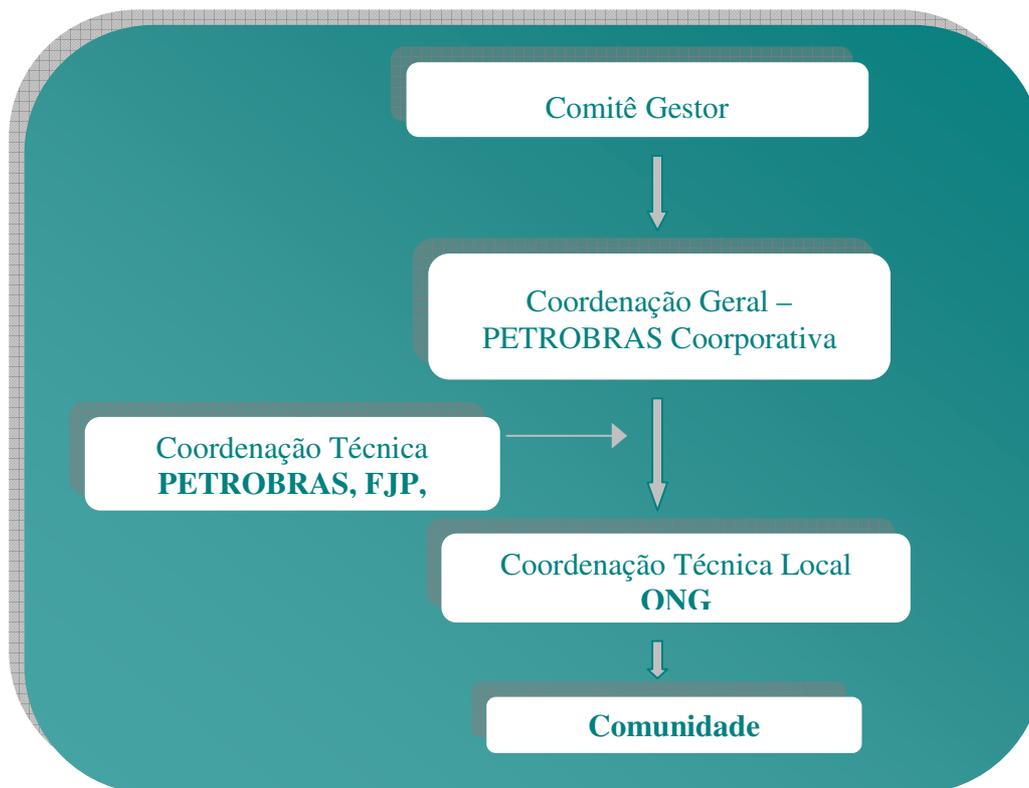


Figura 2.7-1. Organograma da gestão do Programa De Olho no Ambiente (PETROBRAS, 2005).

Para orientar a execução do programa, a Fundação José Pelúcio Ferreira elaborou um Manual de Procedimentos que serviu de base para ser adaptado à realidade local. A partir daí, o programa foi executado em cinco etapas:

- Etapa 1 - Sensibilização - apresentação do programa para os órgãos públicos, organizações da sociedade civil, setor privado e para as comunidades envolvidas;
- Etapa 2 - Pesquisa de Campo e Diagnóstico Socioambiental - aplicação do questionário socioambiental por agentes comunitários e elaboração do perfil socioambiental da comunidade por meio do cruzamento dos dados obtidos durante a pesquisa de campo;

- Etapa 3 - Reuniões Temáticas - reuniões por temas prioritários escolhidos pela comunidade, a fim de discutir seus principais problemas apontados na ocasião da elaboração do diagnóstico e apontar soluções e parcerias para solucioná-los;
- Etapa 4 - Fórum da Agenda 21 Comunitária - consolidação das reuniões temáticas, tomadas de decisões, negociações com os parceiros e Assembléia Geral para elaboração do Documento Final;
- Etapa 5 - Agenda 21 Comunitária e Comissão da Agenda 21 Comunitária – Entrega do documento final elaborado e formação da Comissão da Agenda 21 Comunitária.

As etapas de elaboração da Agenda 21 Comunitária do programa são diferentes da proposta do Ministério do Meio Ambiente, que constitui o Fórum e a Comissão na primeira etapa, seguida de reunião ampliada para convocar a comunidade, elaboração do diagnóstico, identificação das demandas prioritárias e elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável Local.

Com a parceria do Terceiro Setor, a PETROBRAS vem articulando e fomentando o debate e o encaminhamento dos anseios das comunidades dentro de um processo de desenvolvimento sustentável. A obtenção de Agendas 21 Comunitárias é uma premissa pétrea para todo este processo de consulta e articulação da sociedade. Com isso, as comunidades estão produzindo, com o apoio das ONG's, documentos e ações visando o aprimoramento socioambiental da sua localidade (PETROBRAS, 2007).

O Programa De Olho no Ambiente está totalmente inserido no quadro de sustentabilidade ambiental visando fomentar, criar e patrocinar ações mobilizadoras e de caráter prolongado sobre a questão socioambiental. Busca o exercício da cidadania no seu sentido prático; entende-se a cidadania como pertença passiva e ativa de indivíduos em um estado-nação com certos direitos e obrigações universais em um específico nível de igualdade (Janoski, 1998). Nesse sentido, os direitos e obrigações de cidadania existem quando o poder público valida as normas de cidadania e adota medidas para implementá-la (Vieira, 2005).

Nesse sentido, ao buscar a democracia participativa nas raízes da sociedade, o programa se organiza e se materializa nas comunidades de baixa inclusão social através dos seus processos naturais e democráticos. O resgate socioambiental dessa grande e importante parcela da sociedade serve como campo da cidadania para a PETROBRAS, cumprindo seu papel com responsabilidade socioambiental (PETROBRAS, 2005).

CAPÍTULO 3
PROCEDIMIENTO METODOLÓGICO

3 – PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

3.1 – ÁREA DE ESTUDO

O município de São Cristóvão encontra-se localizado no estado de Sergipe, território da Grande Aracaju, limitando-se com os municípios de Nossa Senhora do Socorro, ao norte; Itaporanga D’Ajuda, ao sul e oeste e com Aracaju, a leste. Apresenta uma área de 470 Km².

A sede municipal se localiza nas coordenadas geográficas de 11°01’03’’ de latitude sul e 37°12’00’’ de longitude oeste. O município se encontra a 26 km da capital, é a quarta cidade mais antiga do Brasil e foi a primeira capital de Sergipe, posto que perdeu em 1855. O centro histórico do município foi tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional pelo Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Possui uma população de 77.278 habitantes (IBGE, 2007), com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,7 (IBGE, 2007)¹.

O Bairro Rosa Elze se localiza próximo à Cidade Universitária Prof^o Aloísio de Campos da Universidade Federal de Sergipe, limitando-se com os bairros Jardim Rosa Maria, Conjunto Maria do Carmo e o Jardim Universitário (Anexo 1). Possui, segundo a Secretaria Municipal de Saúde (São Cristóvão, 2007) uma população de 2.623 habitantes. Com características urbanas, o bairro dispõe de infra-estrutura como igrejas católicas, evangélicas, quadrangular, universal, batista, do Reino de Deus, Cristã do Brasil e Adventista do 7º; escolas federal, estadual, municipal e particulares de ensino infantil, médio e fundamental; creches particular e pública; posto de saúde; posto policial, farmácias, supermercados, casas comerciais, bares, restaurantes, lanchonetes, serralheria, , dentre outros. A feira livre acontece às quintas-feiras.

¹ Segundo o PNUD (2007), os índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de desenvolvimento humano médio.

3.2 - COLETA E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

O processo de elaboração da Agenda 21 Comunitária é considerado um fenômeno social e como tal é objeto de pesquisa dentro das ciências sociais². Por se tratar a seleção do processo de elaboração da Agenda 21 Comunitária como unidade de estudo, esta pesquisa possui o caráter de estudo de caso.

Segundo Chizzotti (1991), nas ciências sociais o estudo de caso caracteriza-se por uma metodologia que se volta à coleta de informações sobre um ou vários casos particularizados.

Vergara (1991) propõe dois critérios básicos para a escolha dos tipos de pesquisa:

- quanto aos fins – exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada e intervencionista;
- quanto aos meios – pesquisa de campo, pesquisa de laboratório, bibliográfica, experimental, documental, participante e pesquisa-ação.

Quanto aos fins, a presente pesquisa configurou-se como descritiva e exploratória. Quanto aos meios, configurou-se em bibliográfica, documental e participante. No tocante a pesquisa bibliográfica, o presente estudo foi elaborado a partir de material publicado, livros, artigos, periódicos e materiais disponibilizados na Internet.

A pesquisa foi classificada como uma pesquisa exploratória, pois abordou um tema pouco estudado - a análise da elaboração de Agenda 21 para planejamento de políticas públicas. Segundo Gil (1996) uma pesquisa terá um caráter exploratório no momento em que o pesquisador tem como objetivo descrever melhor o problema, pois se trata de abordagem adotada para a busca de maiores informações sobre determinado assunto; possui um planejamento flexível e é indicada quando se tem pouco conhecimento do assunto e tem a finalidade de formular problemas e hipóteses para estudos posteriores.

² Lofland (apud Triviños, 1987) descreve e delimita os fenômenos sociais em seis categorias de atos, atividades, significados, classificação, participação, relação e situações. A participação é o envolvimento do sujeito ou a adaptação do mesmo a uma situação em estudo.

Configurou-se como um estudo descritivo por abranger aspectos gerais e amplos de um contexto social e procurar explicar as relações de causa e efeito dos fenômenos. Este é o tipo de estudo mais adequado, quando o pesquisador necessita obter melhor entendimento a respeito do comportamento de vários fatores (Gil, 1996).

A pesquisa descreveu as tipologias de participação, suas relações com a representatividade social, e identificou os conflitos socioambientais no processo de elaboração da Agenda 21 Comunitária.

A coleta dos dados foi realizada por meio da pesquisa participante, definida como um enfoque da investigação social, por meio do qual se busca a plena participação da comunidade sob análise de sua própria realidade, com o objetivo de promover a transformação social para o benefício dos participantes da investigação. Sendo assim, a investigação participativa é uma atividade educativa, de investigação e de ação social (Grossi, 1985).

Neste contexto, a pesquisa participante foi ideal para permear a análise das informações, visto que a autora participou como coordenadora da construção da Agenda 21 Comunitária do Bairro Rosa Elze, estudo de caso da presente na pesquisa.

Para analisar as tipologias de participação foi utilizada a classificação de Pretty (1995) em manipulada, passiva, por consulta, por meio de incentivos materiais, funcional, interativa e auto-mobilização.

Na análise da participação representativa, deve-se distinguir a importância da representatividade social dentro da coletividade e o modo como influencia as decisões que os seres humanos tomam individualmente (Reigota, 1995). Assim, as percepções dos atores sociais devem ser estudadas em conexão estreita com as práticas sociais (Billaudi & Sodiére, 1987).

Segundo Reigota (1995) na representatividade social podem ser encontrados os conceitos e noções da forma como foram apreendidos e internalizados pelas pessoas. Nesse sentido, no presente estudo fez-se necessária essa descrição como forma de demonstrar a

construção dos conceitos e noções apreendidos durante o processo de construção da Agenda 21 Comunitária.

Uma forma de análise dos aspectos socioambientais se dá por meio da identificação dos conflitos. A complexidade dos conflitos implica a necessidade de conhecer informações relacionadas aos aspectos legais entre leis de nível federal, estadual e municipal, como as de uso e ocupação do solo e zoneamento; sociais de uso de recursos; entre diferentes interesses e/ou perspectivas; de classe social e de competências entre esferas de governo; inter e intrainstitucionais e entre/por novos arranjos institucionais (Ferreira, 1998), que também foram abordados nessa pesquisa.

O Programa De olho no Ambiente foi analisado conforme sua execução em etapas no período de agosto de 2006 a outubro de 2007 (Figura 3.2-2).

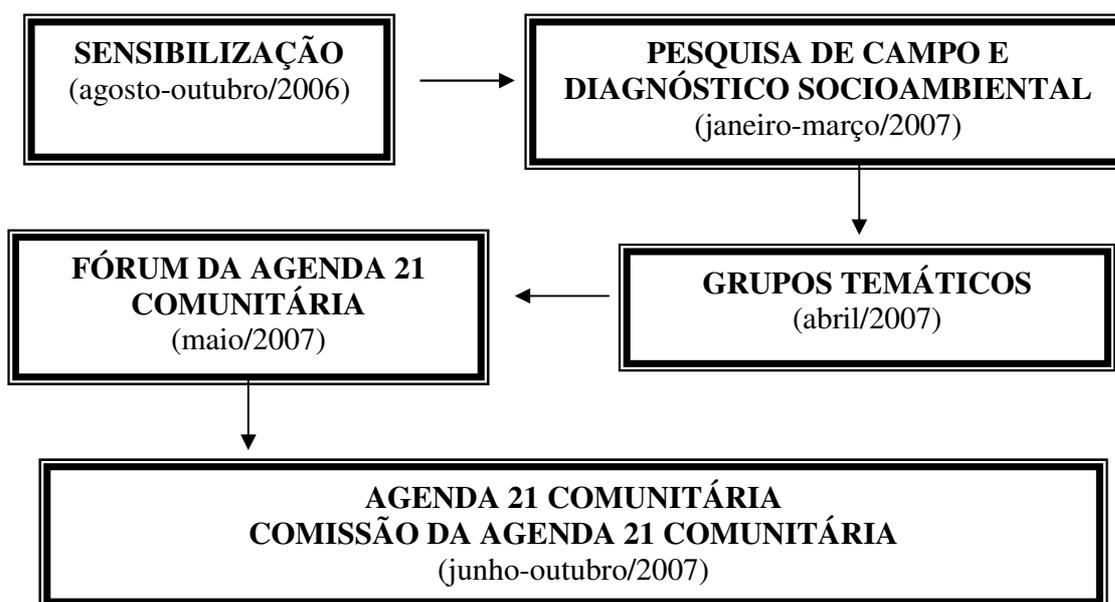


Figura 3.2-2 - Etapas da elaboração da Agenda 21 Comunitária (Elaboração: Danielle Rodrigues Dutra, 2007).

CAPÍTULO 4
RESULTADOS E DISCUSSÃO

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 - A ELABORAÇÃO DA AGENDA 21 COMUNITÁRIA DO BAIRRO ROSA ELZE

Com orientação do Manual de Elaboração da Agenda 21 Comunitária, da Fundação José Pelúcio Ferreira, a Agenda 21 Comunitária do Bairro Rosa Elze foi realizada por meio das etapas de sensibilização, pesquisa de campo e elaboração do diagnóstico socioambiental, reuniões temáticas, fórum da Agenda 21 Comunitária e elaboração entrega da Agenda 21 Comunitária. Para a execução do programa no bairro, a Sociedade Semear contou com uma equipe de coordenação administrativa; coordenação técnica, secretaria e assistente técnico responsável pelo trabalho de campo e sistematização dos dados.

Durante as atividades ocorreram três reuniões ampliadas onde ao final ocorriam apresentações culturais da comunidade e uma confraternização com disponibilização de lanche. As atividades ampliadas eram realizadas com a comunidade escolhendo o horário, data e local dos eventos.

4.1.1 – O Processo de Sensibilização

Ao se elaborar a Agenda 21 Comunitária do Bairro Rosa Elze, o primeiro passo foi traçar o perfil da comunidade. Para tanto, foram utilizadas as técnicas de visitas institucionais, conversa informal, caminhada transversal, registro fotográfico, reuniões com lideranças e aplicação de um roteiro de entrevista com grupos existentes na comunidade, como Pastoral da

Saúde, Grupo de Jovem Iluminando o Mundo - GRUJIM, grupo de senhoras da Igreja Católica, professores e diretores de escolas e agentes de saúde.

Neste roteiro foram detectados como infra-estrutura do bairro as escolas públicas e privadas, igrejas católica e evangélica, Fundação Renascer, Associação de Moradores, posto de saúde, creches, Prefeitura Municipal de São Cristóvão / Diretoria Regional do Rosa Elze e Posto da Polícia Militar.

Nas duas primeiras visitas para identificar os atores sociais percebeu-se a resistência da população em participar de projetos sociais. Segundo alguns moradores, isso se deve ao fato das pesquisas realizadas por estudantes da Universidade Federal de Sergipe, sem o retorno do resultado para a comunidade, além da falta de credibilidade do poder público.

Diante disso, inicialmente os moradores ficaram desconfiados quanto à origem do Programa De Olho no Ambiente, com a maioria se recusando a participar por não acreditar na mudança da realidade local. Outros afirmaram que só participariam se houvesse lanche ou distribuição de bonés e camisetas.

Ainda na atividade de levantamento das percepções da comunidade, os atores sociais comentaram a existência de uma Associação de Moradores ligada a interesses políticos partidários e da não atuação desta quanto as reais necessidades da comunidade. Outros informaram que não conhecem a Associação, afirmando que se encontra desativada, e que necessitam de uma organização atuante que represente o local em suas reivindicações.

Outra informação fornecida pelas lideranças era de que algumas instituições só enviariam representantes por meio de ofício, pois estes estariam a serviço de seus órgãos. Diante disso, foram enviados ofícios para convidar os principais representantes de instituições necessárias ao processo.

A reunião ampliada de sensibilização da comunidade³ contou com a participação de 29 pessoas, dentre representantes da igreja católica, agentes de saúde, igreja evangélica, escolas

³ Realizada no dia 12 de outubro de 2006, às 14:00h, no salão anexo à Igreja Católica Senhor do Bonfim.

públicas e privadas, estudantes da Universidade Federal de Sergipe, Grupo de Jovens Local e da Prefeitura Municipal de São Cristóvão.

Durante a reunião alguns participantes afirmaram que a Petrobras atua pouco na comunidade sem um canal de comunicação efetivo e que a empresa deveria estar mais presente, devido à existência de um gasoduto cortando a área do bairro, porém a comunidade não possuía as informações sobre os cuidados em relação a esse empreendimento, nem com relação aos possíveis impactos ambientais existentes.

Em muitos momentos os participantes interferiam para que a assistente técnica encaminhasse as solicitações de benefícios sociais e ambientais para a Petrobras.

Ao final os participantes compreenderam a proposta do programa, que foi aceito pela comunidade presente. Mesmo diante da aceitação da comunidade, foi percebido que muitos participantes não compreenderam a importância da participação e envolvimento da comunidade para a execução do programa.

Após a realização da atividade, a equipe técnica em reunião de avaliação detectou que embora a data da reunião ampliada tenha sido marcada por grupos da comunidade, o dia não foi propício a uma participação maior, pois além de ser um feriado religioso era o dia das crianças, ao que se atribuiu a ausência da maioria dos comunitários convidados.

4.1.2 – A Pesquisa de Campo e Construção do Diagnóstico Socioambiental

Para a elaboração do diagnóstico socioambiental foram identificados na comunidade do bairro Rosa Elze agentes comunitários (AC's) para mapeamento do bairro, aplicação e tabulação dos questionários e elaboração do diagnóstico socioambiental intuitivo⁴. Esses AC's foram selecionados entre adultos e jovens, maiores de 16 anos, com segundo grau completo,

⁴ O diagnóstico socioambiental foi elaborado no período de janeiro a março de 2007.

morador do bairro, perfil de lideranças formal e não-formal na comunidade e vontade de trabalhar de forma voluntária.

O grupo de dezessete AC's era formado por jovens de 17 a 26 anos e adultos dos 31 a 50 anos. Em sua maioria eram do sexo feminino (90%), com grau de instrução do segundo grau (90%) ao terceiro grau (10%), ligadas a organizações religiosas.

Os AC's realizaram inicialmente as atividades de mapeamento da comunidade aplicação e tabulação dos questionários e elaboração do diagnóstico socioambiental intuitivo. Durante o processo de construção do documento os AC's se tornaram apresentadores do programa em reunião ampliada, organizadores dos eventos ampliados, facilitadores e relatores das reuniões temáticas e do fórum, elaboraram a memória local, realizaram caminhadas de mobilização no bairro, se envolvendo no programa além do que foram solicitados inicialmente. Cabe aqui ressaltar que durante o processo de elaboração do diagnóstico não ocorreu desistência de nenhum AC e a atuação era realizada de forma voluntária.

Outro fato importante a destacar é que, com o afastamento de um dos assistentes técnicos do programa, a coordenação técnica local contratou para dar continuidade às atividades outra comunidade, uma AC do bairro Rosa Elze.

Após a seleção, os AC's participaram de uma capacitação com carga horária de doze horas (Figura 4.1.-3). Durante a capacitação foram trabalhados temas como cidadania, meio ambiente, participação, organização social, Agenda 21, desenvolvimento sustentável, amostragem, pesquisa de campo, mapeamento da comunidade, por meio da construção de um croqui, abordagem ao entrevistado, aplicação e tabulação dos questionários.

Com a capacitação concluída, os AC's realizaram um arruamento e a contagem dos domicílios da comunidade para o mapeamento do bairro. Para tanto, os AC's desenharam um croqui do bairro. O resultado desse mapeamento foi encaminhado para a Fundação José Pelúcio Ferreira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para definição da amostragem.



Figura 4.1.-3. Capacitação de Agentes Comunitários.

Com 2.623 habitantes residentes no bairro Rosa Elze, foram entrevistadas 350 pessoas. A amostra foi dimensionada a partir do mapeamento. Inicialmente cada rua representou um estrato. O número de entrevistas em cada estrato é proporcional ao seu, de acordo com a seguinte fórmula.

$$\frac{N}{N_h} = \frac{n}{n_h}$$

Onde:

N é o tamanho da amostra

n_h é o tamanho de cada estrato

N é o tamanho da comunidade

N_h é o tamanho do estrato

Durante a aplicação, os entrevistados foram receptivos e não ocorreu recusa de responder a nenhum questionário (Anexo 2). Em seguida, os AC's tabularam e elaboraram o diagnóstico socioambiental intuitivo da comunidade, com orientação da assistente técnica, por meio das explicações do manual de Construção da Agenda 21 Comunitária.

A partir da tabulação dos dados, foram levantadas as potencialidades e limitações da comunidade, assim como identificados as prioridades a serem trabalhadas durante a construção da Agenda 21 Comunitária.

Concluída essa etapa os agentes comunitários, sob orientação técnica, mobilizaram a comunidade para participar da reunião ampliada de apresentação do diagnóstico socioambiental utilizando as técnicas de mobilização de divulgação por meio de igrejas católicas e evangélicas, colocação de cartazes em pontos estratégicos como posto de saúde, panificadora, mercearias, escolas, terminal de ônibus, farmácias, colocação de faixas, distribuição de convites e ofícios a comunitários e representantes de órgãos públicos e privados.

Juntamente com a tabulação dos dados, para apoiar o diagnóstico socioambiental intuitivo, foi realizado com os AC's o resgate da memória local, coletado com a comunidade por meio do instrumento de metodologia participativa chamado "Memória Viva", na qual os agentes comunitários identificaram as pessoas mais antigas da comunidade e entrevistaram esses moradores. A partir do cruzamento de informações obtidos na entrevista montaram o texto da memória (Anexo 3). O resgate da memória local permitiu aos participantes refletirem sobre os principais problemas da comunidade e fortalecer a identidade local.

Com os dados obtidos no diagnóstico socioambiental intuitivo, somando-se à memória local e ao levantamento de dados secundários, foi concluído o Diagnóstico Socioambiental da Comunidade do Bairro Rosa Elze, São Cristóvão, Sergipe (Anexo 4).

Após a elaboração do diagnóstico foi realizada a reunião para apresentação do Diagnóstico Socioambiental para a comunidade⁵ que contou com a participação de sessenta e

⁵ Realizado no dia 31 de março de 2007.

um comunitários. Durante a atividade, os agentes comunitários, com o objetivo de relembrar o programa, apresentaram um teatro de fantoches sobre o programa, seu objetivo e o significado da Agenda 21 Comunitária para o bairro.

O Diagnóstico Socioambiental foi apresentado aos comunitários que discutiram, complementaram algumas informações e validaram os resultados obtidos. Nessa reunião, dos dez eixos trabalhados foram selecionados, por meio de votação, quatro eixos para serem discutidos em reuniões temáticas, que são: Saúde, Emprego, Educação e Segurança Pública. Porém, devida á solicitação da comunidade entrou o eixo Saneamento. Após a apresentação foram marcadas as datas para as reuniões dos grupos temáticos selecionados.

Ocorreram manifestações no sentido dos participantes entenderem que não é só o poder público que está ausente das políticas públicas, mas os próprios representantes da comunidade, muitas vezes por não reivindicarem melhorias, não saberem como reivindicar ou ainda não saberem seus direitos como cidadãos.

4.1.3 - As reuniões comunitárias temáticas

A mobilização para as reuniões temáticas foi realizada com entrega de convites nas residências, colocação de cartazes em pontos estratégicos na comunidade, divulgação nos grupos existentes na comunidade, igrejas e escolas.

O primeiro grupo temático⁶ contou com a presença de vinte moradores com o objetivo de discutir os eixos Saúde e Segurança Pública. O segundo grupo temático⁷ contou com a presença de vinte e quatro pessoas e teve como objetivo discutir os eixos Educação, Emprego e Saneamento (Figura 4.1-4).

⁶ Realizado no Colégio Vinicius de Moraes, localizado no Bairro Jardim Rosa Elze, no dia 14 de abril de 2007.

⁷ Realizado no Colégio Globo, no dia 21 de abril de 2007.

Nas reuniões Temáticas foi aplicada a ferramenta de Diagnóstico Rápido Participativo, conhecida como Realidade/Desejo, na qual os participantes discutem e listam problemas, soluções e parceiros relacionados aos eixos selecionados pela comunidade. Essa ferramenta é aplicada para a construção do Plano de Desenvolvimento Sustentável Local da comunidade (Gomes, 2002).



Figura 4.1-4. Construção dos temas a serem trabalhados na Agenda 21 Comunitária.

Abaixo descrição dos resultados da aplicação da ferramenta Realidade/Desejo de forma sucinta e por tema, encontrados no relatório de atividades do programa (Salimbeli, 2007) e adaptado pela autora dessa pesquisa (Quadro 4.1-1).

Quadro 4.1-1 Resultado da aplicação da ferramenta de DRP Realidade/Desejo para levantamento das demandas da comunidade do Bairro Rosa Elze.

TEMA	REALIDADE	DESEJO
SAÚDE	Péssimas condições de saúde dos moradores.	Melhoria nas condições de saúde dos moradores.
	Baixa qualificação dos profissionais de saúde.	Profissionais mais qualificados para melhor realizar os atendimentos aos pacientes.
	Pouco atendimento médico especializado.	Atendimento médico especializado nas áreas de pediatria, fisioterapia, clínico geral, neurologia, oftalmologia e otorrinologia.
	Muitas pessoas não têm condições de adquirir remédios controlados e receitados.	Disponibilidade de medicamentos.
	Privilégios nos atendimentos por indicação política.	Conduta ética nas Unidades de Saúde, sem privilégios
SEGURANÇA PÚBLICA	Atuação da polícia de baixa qualidade, com policiais despreparados e efetivo baixo.	Revisão do modo de atuar do Posto da Polícia Militar. Aumento no quantitativo de policiais e que estes sejam mais preparados, por meio de cursos de capacitação.
	Falta de estrutura física e material do Posto Policial.	Melhor estrutura do Posto da Polícia Militar, ou seja, passe por reforma e ampliação em suas instalações para promover um melhor atendimento à comunidade.
	Utilização do Posto Policial de forma indevida.	Realizar investigação com relação à utilização indevida das instalações do Posto Policial.
	Ausência de ronda permanente no bairro.	Disponibilização da viatura para que faça ronda permanente no local;
	A Associação dos Moradores do Bairro Rosa Elze com vínculo partidário e sem credibilidade.	A Associação dos Moradores do Bairro Rosa Elze não possuir nenhum vínculo político partidário, para ter uma representação com credibilidade e de forma ativa, principalmente com relação à Segurança Pública do Local.

Continuação do Quadro 4.1-1

TEMA	REALIDADE	DESEJO
EDUCAÇÃO	Os professores sem autonomia de atuação dentro da escola.	Os professores com maior autonomia com relação aos alunos, por meio de um melhor acompanhamento do aluno.
	Falta de segurança nas escolas.	As escolas com mais segurança para os alunos e professores, por meio de sua estrutura física e da presença da polícia escolar.
	Necessidade de mais qualificação para os professores.	Realização de cursos de formação continuada para professores e funcionários das escolas.
	Ausência de alguns serviços necessários à administração das escolas.	Contratação de uma equipe de apoio qualificada (inspetor de alunos, coordenadores pedagógicos, professores de educação física para ensinar diversas modalidades).
	Falta de compromisso de alguns professores.	Mais compromisso de alguns professores para com os alunos.
	Escolas em más condições físicas e estruturais.	As escolas com condições físicas para receber seus alunos
EDUCAÇÃO	Escola Estadual Armino Guaraná com necessidade de melhor estruturação.	Ampliação da Escola Estadual Armino Guaraná, para atender mais alunos do ensino fundamental; providenciar uma melhor iluminação, garantindo a segurança de alunos e professores do local.

EMPREGO	Falta de capacitação profissional na comunidade.	Realização de cursos de capacitação para os comunitários oferecidos pela UFS – Universidade Federal de Sergipe / Pró-Reitoria de Extensão, em espaço físico da própria universidade. Instalação de um Centro Profissionalizante no Bairro Rosa Elze, visando a geração de emprego e renda para a comunidade e conseqüentemente diminuindo o desemprego.
	Não conhecimento das potencialidades de ocupação dos moradores do bairro.	Realização de um perfil educacional dos comunitários para facilitar os encaminhamentos ao mercado de trabalho, considerando os princípios da economia solidária para o combate ao desemprego.
SANEAMENTO	Falta de saneamento básico, pavimentação e arborização.	A comunidade atendida nas reivindicações que dizem respeito às condições de saneamento básico do local. Todas as ruas do Bairro Rosa Elze pavimentadas e arborizadas, com rede de esgoto completa (com tratamento) e eficiente e a coleta de entulho semanal. A pavimentação das ruas diminuindo o número de doenças respiratórias provocadas pela poeira, assim como o esgotamento sanitário e a revitalização do Rio Poxim.
	Não utilização dos royalties da Petrobras para melhoria da infraestrutura do bairro.	Que haja transparência nas receitas e despesas em que são utilizados royalties da Petrobras, para realização do saneamento.
	Falta de conscientização da comunidade na destinação do lixo.	A comunidade sensibilizada e conscientizada sobre o destino correto do lixo, procurando fazer sua parte no cumprimento dos horários de coleta e evitando queimar ou jogar resíduos.

Continuação do Quadro 4.1-1

TEMA	REALIDADE	DESEJO
SANEAMENTO	Ruas do bairro sem limpeza periódica, com acúmulo de lixo.	As ruas do Bairro Jardim Rosa Elze varridas periodicamente por funcionários da Prefeitura gerando, dessa forma, emprego e renda por meio de contratações.

Fonte: Adaptado de Salimbeli (2007).

Os resultados da aplicação da ferramenta de DRP, ao serem cruzados com o Diagnóstico Socioambiental do Bairro Rosa Elze, demonstram que os temas escolhidos eram realmente prioridade para a comunidade, o que demonstra a eficácia das formas de coleta de informações para a construção do diagnóstico socioambiental e da definição das demandas prioritárias.

Constatou-se que a realidade apontada parte da ausência do papel do estado em implementar ações de infra-estrutura e serviços básicos, voltados para a população como estrutura física e material do posto policial, acesso a medicamentos, segurança nas escolas, qualificação dos professores, capacitação profissional, saneamento ambiental, acúmulo de resíduos e pavimentação.

Nesse sentido, ocorre também a ausência de atuação da comunidade, cuja associação de moradores é apontada na realidade com vínculo partidário e sem credibilidade demonstrando o baixo nível de organização social.

Apresentados todos os resultados das reuniões temáticas, os presentes marcaram data, hora e local para a realização do Fórum da Agenda 21 Comunitária.

4.1.4 - O Fórum da Agenda 21 Comunitária do Bairro Rosa Elze

A mobilização da comunidade para a realização do Fórum foi feita por meio da entrega de convites nas residências, colagem de cartazes em pontos estratégicos e colocação de faixas no local do evento e na rua mais movimentada do bairro, distribuição de panfletos nas escolas e realização de uma caminhada dos agentes comunitários, com a utilização de faixa, cartazes (confeccionados pelo grupo) e dois carros de som cedidos pela Prefeitura Municipal de São Cristóvão e pela Petrobras. Quanto ao convite dos parceiros, este foi feito por meio de ofícios assinado pela Petrobras enviado por fax ou entrega pessoal nas instituições.

O Fórum da Agenda 21 Comunitária do Bairro Rosa Elze⁸ contou com a presença de cento e dez comunitários e doze parceiros, representantes de diversos órgãos públicos e privados: Petrobras, Escola Estadual Armindo Guaraná, Escola Particular Vinicius de Moraes, Paróquia Senhor do Bonfim, Secretaria Regional da Grande Rosa Elze (Prefeitura de São Cristóvão), COOPERCESMAC – Cooperativa de Reciclagem Centro Social Maria do Carmo, Diretoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de São Cristóvão, Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente de São Cristóvão, Secretaria Estadual de Segurança Pública e Secretaria Estadual de Infra-Estrutura.

Durante o evento a representante da Petrobras apresentou a empresa e sua preocupação com a responsabilidade socioambiental. O representante da Sociedade Semear lembrou o que é Agenda 21, sua importância e utilidade. Em seguida, a técnica apresentou o Plano de Desenvolvimento Sustentável Local do Bairro Rosa Elze construído nas reuniões temáticas, para que o mesmo fosse avaliado, complementado e validado pelos presentes. Para isso foram formados cinco grupos em que os comunitários escolheram o eixo a ser trabalhado.

Em cada grupo foram eleitos um coordenador e um relator para discutir e fazer as devidas anotações sobre os temas: Saúde, Saneamento, Educação, Emprego e Segurança Pública. Após a apresentação e validação dos resultados foi criada a Comissão da Agenda 21

⁸ Realizado no dia 26 de maio de 2007, na Escola Estadual Armindo Guaraná.

Comunitária do Bairro Rosa Elze composta por representantes da prefeitura, comunitários, agentes comunitários e parceiros.

No Fórum ocorreu o compartilhamento de informações entre comunidade e parceiros na busca de soluções para os problemas e estabelecimento de futuras ações em conjunto.

Durante o processo de elaboração da Agenda 21 Comunitária foram estabelecidas parcerias com instituições que se fizeram presentes em reuniões. Algumas instituições participaram diretamente as reuniões ampliadas e dos grupos temáticos; outras não estiveram presentes, mas entraram em contato com a Petrobras, a Sociedade Semear e a associação de moradores do bairro, no sentido de construir parcerias futuras para a implementação da Agenda 21 Comunitária do Bairro Rosa Elze e colaboraram, direta ou indiretamente, com a construção do documento.

4.1.5 - Elaboração da Agenda 21 Comunitária

A Agenda 21 Comunitária do Bairro Rosa Elze⁹ foi sistematizada pelos técnicos da Sociedade Semear, segundo orientações da Fundação José Pelúcio Ferreira e se encontra atualmente em processo de revisão e publicação pela Petrobras Corporativa.

Após a publicação, a Petrobras convocará a Comissão da Agenda 21 Comunitária e os parceiros envolvidos no processo para entregar o documento e implementar a Agenda 21 Comunitária, sob o monitoramento da Petrobras e Sociedade Semear.

Independente dessa ação, a Comissão da Agenda 21 Comunitária do Bairro Rosa Elze elaborou o seu regimento interno, continuou as reuniões para a formação do Conselho da Agenda 21 Comunitária a partir da comissão e enviou ofícios para as instituições parceiras

⁹ Concluída no dia 22 de outubro de 2007.

como a Petrobras, Sociedade Semear, Prefeitura Municipal de São Cristóvão e SEBRAE no sentido de implementar o que foi construído por eles no documento.

4.2 - TIPOLOGIAS DE PARTICIPAÇÃO

Durante a elaboração da Agenda 21 Comunitária os tipos de participação foram analisados por atividade, com a finalidade de identificar quais tipologias ocorreram e se houveram mudanças nas formas de participação e no envolvimento da comunidade na construção do documento.

Para a análise da tipologia de participação utilizou-se a classificação de Pretty (1995) em manipulada, passiva, por consulta, funcional, por meio de incentivos materiais, interativa e auto-mobilização (Quadro 4.2-2).

A participação por consulta ocorreu na sensibilização e na elaboração do diagnóstico socioambiental. Na sensibilização ocorreu na identificação do perfil da comunidade, onde por meio de entrevistas semi-estruturadas e reuniões, as lideranças forneciam o dados primários para o processo de mobilização da comunidade.

Na elaboração do diagnóstico socioambiental a participação por consulta esteve presente na pesquisa de campo, com a aplicação de questionários na comunidade; com a construção da memória viva, no qual as pessoas mais antigas da comunidade responderam à pesquisa sobre o histórico do bairro e na aplicação dos questionários para levantamento dos dados.

A participação por meio de incentivos materiais ocorreu nas reuniões ampliadas de sensibilização, apresentação do diagnóstico e no fórum, onde alguns participantes se envolviam na atividade em troca do lanche servido. Inicialmente, esse tipo de participação ocorria com mais frequência, inclusive com manifestação de alguns comunitários que só participariam se houvesse lanche. Durante as reuniões temáticas não foi distribuído lanche, o

que não afetou o desenvolvimento da atividade, que contou com envolvimento dos participantes nas decisões necessárias à construção da Agenda 21 Comunitária.

Quadro 4.2-2. Tipologia de participação do processo de elaboração da Agenda 21 Comunitária do Bairro Rosa Elze, segundo Pretty (1995).

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	DEFINIÇÃO	DE QUE FORMA
Por consulta	As pessoas participam por meio de consultas ou respondendo a questionários. Agentes externos definem os problemas, os processos de coleta de dados e controlam as análises. O processo de consulta não concede qualquer participação nas tomadas de decisão e os profissionais não são obrigados a considerar o ponto de vista das pessoas.	Na sensibilização, na identificação do perfil da comunidade, onde por meio de entrevistas semi-estruturadas e reuniões, as lideranças forneciam o dados primários para o processo de mobilização da comunidade. Na elaboração do diagnóstico socioambiental, na pesquisa de campo, com a aplicação de questionários na comunidade; com a construção da memória viva, no qual as pessoas mais antigas da comunidade responderam à pesquisa sobre o histórico do bairro e na aplicação dos questionários para levantamento dos dados.
Por meio de incentivos materiais	As pessoas participam contribuindo com recursos, por exemplo trabalho, em troca de alimento, dinheiro ou outro incentivo material. Os agricultores podem prover seus campos e seu trabalho mas não estão envolvidos em experimentações ou processos de aprendizado. É muito comum considerar este modo de participar como a noção geral de participação, contudo as pessoas normalmente não têm interesse em preservar as práticas e as tecnologias sugeridas quando os incentivos terminam.	Nas reuniões ampliadas de sensibilização, apresentação do diagnóstico e no fórum, onde alguns participantes se envolviam na atividade em troca do lanche servido.
Funcional	A participação é vista pelas agências externas como um meio para alcançar as metas do projeto e, especialmente, reduzir custos. As pessoas participam formando grupos para atender objetivos predeterminados relacionados ao projeto. Tal envolvimento pode ser interativo e compreender decisões compartilhadas, mas tende a ocorrer depois que as principais decisões já foram tomadas por agentes externos. Na pior das hipóteses, as pessoas podem pelo menos ser integradas no alcance de objetivos definidos externamente.	Na sensibilização, por meio da atuação de algumas instituições, onde representantes da prefeitura e das escolas compareceram na reunião de sensibilização, somente porque foram convocados por suas gerências para representação institucional.
Interativa - co-gestão	As pessoas participam em análises conjuntas, no desenvolvimento de planos de ação e na formação ou fortalecimento de instituições locais. A participação é vista como um direito, não apenas como um meio de alcançar metas de projeto. O processo compreende métodos interdisciplinares que considerem múltiplas perspectivas e fazem uso	Todas as datas, horários e locais das reuniões com a comunidade eram decididas pelos participantes. Em todas as atividades foram utilizadas metodologias participativas e atividades lúdicas para orientar e facilitar o processo de tomada de decisão, as relações inter-pessoais dos participantes e a linguagem informal. O assistente técnico e a

Continuação do Quadro 4.2-2

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	DEFINIÇÃO	DE QUE FORMA
Interativa (co-gestão)	de processos de aprendizagem estruturados e sistêmicos. Quando os grupos locais tomam controle sobre as decisões locais e determinam como são utilizados os recursos disponíveis, eles passam a ter interesse em manter as estruturas e práticas sugeridas e adotadas.	coordenação técnica mantinham a postura de orientadores do processo, sem tomar as decisões pela comunidade, atuando no sentido de fazer com que os participantes refletissem sobre suas orientações repassando informações técnicas. Como resultado dessa tipologia de participação formou-se o grupo de agentes comunitários do bairro e foram construídos o diagnóstico da comunidade, definido as demandas prioritárias do bairro, elaborados a Agenda 21 Comunitária e o Plano de Desenvolvimento Sustentável Local. Por meio da atuação dos agentes comunitários e da Comissão da Agenda 21 Comunitária.

A participação interativa ocorreu em todas as atividades da construção da Agenda 21 Comunitária do Bairro Rosa Elze. Todas as datas, horários e locais das reuniões com a comunidade eram decididas pelos participantes. Em todas as atividades foram utilizadas metodologias participativas e atividades lúdicas para orientar e facilitar o processo de tomada de decisão, as relações inter-pessoais dos participantes e a linguagem informal. O assistente técnico e a coordenação técnica mantinham a postura de orientadores do processo, sem tomar as decisões pela comunidade, atuando no sentido de fazer com que os participantes refletissem sobre suas orientações repassando informações técnicas. Como resultado dessa tipologia de participação formou-se o grupo de agentes comunitários do bairro e foram construídos o diagnóstico da comunidade, definidas as demandas prioritárias do bairro, elaborados a Agenda 21 Comunitária e o Plano de Desenvolvimento Sustentável Local.

Cabe aqui uma análise específica sobre a atuação dos agentes comunitários (AC's) do Bairro Rosa Elze, que tinham como atividades solicitadas o mapeamento da comunidade, aplicação e tabulação dos questionários e elaboração do diagnóstico socioambiental intuitivo de forma voluntária.

Entretanto, durante o processo de construção do documento, os AC's se envolveram com as atividades apresentando o programa em reunião ampliada, organizando os eventos ampliados, facilitando e relatando as reuniões temáticas e o fórum, elaborando a memória local e realizando caminhadas de mobilização no bairro. Essas atividades não foram solicitadas pela técnica, os próprios AC's se colocavam à disposição para desenvolvê-las. Sendo assim, além da participação interativa, com esse grupo iniciou-se um processo de participação por auto-gestão, onde os AC's tomavam iniciativas independente da solicitação da assistente técnica. Porém, sabe-se que o processo de auto-gestão deve ser contínuo, exigindo a capacitação da comunidade para atuar e o monitoramento técnico dessas ações.

Segundo Tatagiba (2003) experiências nesse sentido são profundamente ambivalente porque inovam os processos e conteúdos das políticas, ao mesmo tempo que mantém limites rígidos na democratização da decisão, estabelecendo a importância do planejamento e monitoramento das ações submetendo as políticas públicas ao controle social.

A participação por co-gestão também esteve presente após a elaboração do documento e finalização das atividades de campo pela assistente técnica por meio da continuidade das ações pela Comissão da Agenda 21 Comunitária, que elaborou o seu regimento interno, continuou as reuniões para a formação do Conselho da Agenda 21 Comunitária a partir da comissão e enviou ofícios para as instituições parceiras como a Petrobras, Sociedade Semear, Prefeitura Municipal de São Cristóvão e SEBRAE no sentido de implementar o que foi construído por eles no documento.

Os tipos de participação manipulada, passiva e por auto-gestão não ocorreram em nenhuma atividade do programa. A participação manipulada, realizada com representantes da comunidade integrando conselhos oficiais, para os quais não foram eleitos e nem têm poder, foi evitada durante todo o processo. O programa na sua orientação original solicitava a criação do Conselho da Agenda 21 Comunitária. A coordenação local e a coordenação técnica em Sergipe perceberam que a comunidade não estava preparada para se organizar em conselho e decidiu formar uma comissão, com o objetivo de discutir a criação do conselho e o regulamento interno. Os membros da comissão foram eleitos no Fórum e receberam um modelo de regimento interno para ser discutido posteriormente.

A participação passiva, com as pessoas tomando conhecimento sobre o que já foi decidido ou feito, por meio de comunicados unilaterais dos administradores ou gerentes do projeto, sem qualquer atenção às respostas das pessoas e as informações compartilhadas, foi excluída durante todo o processo. Nas atividades ampliadas as datas, locais e horários, meios de comunicação, informações necessárias para cada etapa eram decididas de forma coletiva entre coordenações, assistente técnicos, lideranças e comunidade. Além disso, os participantes, principalmente os agentes comunitários, eram estimulados a buscarem informações sobre a comunidade para serem compartilhadas com as informações técnicas.

A auto-gestão com as pessoas participando tomando iniciativas independentemente de instituições externas para mudar os sistemas, desenvolvendo contatos para obtenção de recursos ou assessorias técnicas, mas mantendo o controle sobre a forma de uso dos recursos foi buscada durante todo o processo. Porém não ocorreu por não ter um envolvimento de um número maior de participantes, pelo fato de ocorrer a descredibilidade no poder público local,

na organização da comunidade e na continuidade do processo. A auto-gestão da comunidade é entendida como aquela realizada em parceria com o poder público, e não acima dele.

Algumas experiências de busca de auto-gestão vêm ocorrendo no Brasil, a exemplo de Brose & Hofler (2004). Os autores afirmam que a prática demonstra a possibilidade de desencadear um processo de mobilização e mudanças na comunidade, mas existe dificuldade em desencadear processos paralelos nas organizações sociais pela descredibilidade das instituições públicas. As organizações locais têm ritmo próprio, limitações específicas e rivalidades históricas. Além disso, a falta de continuidade se expressa no maior mal que acomete as políticas públicas.

No caso do regimento interno da comissão, o programa orientou o modo de elaboração e disponibilizou um modelo. Após o afastamento da assistente técnica das atividades de campo a comissão elaborou o regimento interno e encaminhou para a coordenação, demonstrando potencial para conquistar a auto-gestão, desde que haja um maior tempo para o desenvolvimento de atividades e monitoramento por parte do programa.

Ao atingir a auto-gestão, a comunidade cria uma possibilidade de uma nova forma de organização social para geração de políticas públicas na busca da melhor qualidade de vida, estabelecimento de parcerias, distribuição de renda e gestão dos recursos ambientais.

Durante todo o processo, a comunidade foi estimulada a participar tanto por meios de comunicação formais quanto informais, a exemplo do carro de som. Porém, uma minoria que se envolveu no processo compreendeu a importância da participação, como forma de adquirir conhecimento e informação e construir um caminho rumo ao desenvolvimento sustentável e autonomia da comunidade para melhoria na qualidade de vida.

Arraes (2002), no decorrer da sua pesquisa, analisando a fase de planejamento da Agenda 21 Local afirma que a participação é basicamente consultiva e informativa como forma de legitimação do processo. Nascimento (2003) entende que na escala municipal, as comunidades são alvo constante de projetos intitulados participativos, com a população atendo aos chamados iniciais, mas sem ultrapassar a etapa de negociação/elaboração.

Durante a execução do programa, aumentava o número de participantes por atividades ampliadas, juntamente com a quantidade de representantes sociais, que se envolviam a cada reunião ampliada (Tabela 4.2-3).

Tabela 4.2-3. Quantitativo de participantes por atividades ampliadas desenvolvidas com a comunidade.

ATIVIDADE AMPLIADA	Nº DE PARTICIPANTES
Reunião de sensibilização	29
Apresentação do Diagnóstico Socioambiental	61
Primeiro Grupo Temático	20
Segundo Grupo Temático	24
Fórum da Agenda 21 Comunitária	110

Em todas as reuniões ampliadas as datas, horários e locais eram definidas conforme a agenda da comunidade e excluindo os dias de feiras. Isso ocorria para garantir a maior participação dos comunitários. Mesmo com esse cuidado, na reunião ampliada de sensibilização foi percebido que a quantidade de participantes foi afetada pela data ser um feriado religioso e dia das crianças.

Nas atividades seguintes ocorreu aumento no quantitativo de participantes, porém em relação ao número de habitantes do bairro de 2.623, na atividade do Fórum da Agenda 21 Comunitária, que teve a maior participação da comunidade, apenas 4% dos moradores do bairro participaram efetivamente do processo. Apesar da pequena porcentagem de participantes, os principais representantes que atuam no bairro estiveram presentes em muitos momentos do processo.

Reigota (1995) entende que muitas vezes a quantidade de participantes pode não legitimar um processo de construção coletiva pelo fato de não envolver os representantes locais. No caso da Agenda 21 Comunitária do Bairro Rosa Elze pode-se afirmar que ocorreu esse envolvimento de forma significativa na construção do documento, mesmo com a baixa quantidade de participantes.

Por meio da identificação das instituições presentes nas atividades do Programa, pode-se concluir que os setores atuantes no Bairro Rosa Elze estiveram presentes como órgãos públicos municipais, estaduais e federais, empresas privadas, universidade pública e privada e sociedade civil organizada, em áreas de atuação diversificadas como administração pública, cidadania, saúde, educação, meio ambiente, economia, cultura, juventude, religiosa, legislativa, comunicação, planejamento, segurança pública, petróleo, indústria, infra-estrutura, assistência social, saneamento, político-institucional, emprego e renda (Quadro 4.2-4).

Quadro 4.2-4. Instituições presentes na elaboração da Agenda 21 Comunitária do Bairro Rosa Elze, com sua respectiva área de atuação.

REPRESENTAÇÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO	INSTITUIÇÃO
Órgão público municipal	Administração pública	Prefeitura Municipal de São Cristóvão
	Comunicação	Diretoria de Comunicação da Prefeitura de São Cristóvão
	Saúde	Secretaria Municipal de Saúde de São Cristóvão
	Educação	Secretaria Municipal de Educação de São Cristóvão
	Infra-estrutura e meio ambiente	Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente de São Cristóvão
	Assistência social	Secretaria Municipal de Ação Social de São Cristóvão
	Segurança Pública	Guarda Municipal de São Cristóvão
	Planejamento	Secretaria de Planejamento da Secretaria Regional da Grande Rosa Elze
	Legislativa	Câmara de Vereadores de São Cristóvão
Órgão público estadual	Saúde	Secretaria Estadual de Saúde de Sergipe Unidade Básica de Saúde do Rosa Elze (UBS)
	Administração pública	Governo do Estado de Sergipe
	Segurança pública	Secretaria do Estado de Segurança Pública de Sergipe (Polícia Militar do Estado de Sergipe)
	Ambiental	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Sergipe
	Assistência Social	Secretaria Estadual de Inclusão Social
	Planejamento	Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe
	Saneamento	Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO
	Educação	Escola Estadual Armindo Guaraná

Continuação do Quadro 4.2-4

REPRESENTAÇÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO	INSTITUIÇÃO
Órgão público federal	Educação	Universidade Federal de Sergipe
	Indústria	SESI – Serviço Social da Indústria
	Emprego e Renda	SEBRAE
	Petróleo	Petrobras – Petróleo Brasileiro S/A
Sociedade civil organizada	Cidadania	Associação de Moradores e Amigos do Bairro Rosa Elze (AMABRE)
		Coopercesmasc – Cooperativa Centro Social Conjunto Maria do Carmo
Sociedade civil organizada	Saúde	Conselho Local de Saúde da UBS do Rosa Elze
	Emprego e Renda	SINTESE – Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Sergipe
	Educação	
	Religiosa	Paróquia Senhor do Bonfim
		GRUJIM – Grupo de Jovens Iluminando o Mundo Igreja evangélica.
Religiosa e saúde	Pastoral da Saúde	
Cidadania e ambiental	Agentes comunitários	
Empresa privada	Educação	Universidade Tiradentes
		Faculdade Pio X
		Colégio Vinicius de Moraes
		Colégio Globo
	Saúde	Farmácia Eva
	Farmácia Rosa Elze	

Os integrantes da Comissão da Agenda 21 Comunitária do Bairro Rosa Elze também foram eleitos pela comunidade, refletindo o interesse da participação desses atores sociais na continuidade do processo como a Prefeitura Municipal de São Cristóvão, Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente, Polícia Militar do Estado de Sergipe, Paróquia Nosso Senhor do Bonfim, COOPERCESMACC, Secretaria de Estado do Trabalho e Infra-Estrutura, agente de saúde, agente comunitário e comerciante.

As instituições e áreas de atuação identificadas permitiram perceber que a participação na elaboração da Agenda 21 Comunitária do Bairro Rosa Elze foi realizada discussões nas mais diversas áreas do conhecimento, permitindo a tomada de decisão com informações necessárias para a construção da Agenda 21 Comunitária.

A proposta metodológica de formação do Fórum e da Comissão no final do programa permitiu durante as etapas, a identificação das lideranças já existente e a percepção do surgimento de novas lideranças envolvidas com a Agenda 21 Comunitária. Ao formar a Comissão, além de constituir-se por representantes diversos, os participantes foram, em sua maioria, de indivíduos que acompanharam o processo passo a passo, adquirindo a experiência necessária para a continuidade das ações. Isso pode ser percebido pela ação da Comissão em elaborar do regimento interno após o término das atividades de campo sem a presença do técnico.

Durante o desenvolvimento do programa, conforme aumentava o quantitativo de participantes aumentava o envolvimento da participação de instituições por atividade (Tabela 4.2-5).

Tabela 4.2-5. Quantitativo de participantes por atividades ampliadas desenvolvidas com a comunidade e representação social.

ATIVIDADE AMPLIADA	Nº DE PARTICIPANTES	INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES
Reunião de sensibilização	29	Igrejas católica e evangélica; Grupo de Jovens - GRUJIM; agentes de saúde; escolas públicas e privadas; Prefeitura de São Cristóvão; UFS; Comerciantes; pastoral da saúde; associação de moradores.
Apresentação do Diagnóstico Socioambiental	61	Igrejas católica e evangélica; Grupo de Jovens - GRUJIM; agentes de saúde; escolas públicas e privadas; Prefeitura de São Cristóvão; Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente de São Cristóvão; Assembléia Legislativa; UFS; comerciantes; pastoral da saúde; associação de moradores agentes comunitários.

Continuação da Tabela 4.2-5

ATIVIDADE AMPLIADA	Nº DE PARTICIPANTES	INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES
Primeiro Grupo Temático	20	Igrejas católica, evangélica e adventista; Grupo de Jovens -GRUJIM; agentes de saúde; escolas públicas e privadas; Prefeitura de São Cristóvão; Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente de São Cristóvão; Assembléia Legislativa; UFS; comerciantes; pastoral da saúde; associação de moradores agentes comunitários.
Segundo Grupo Temático	24	Igrejas católica, evangélica e adventista; Grupo de Jovens -GRUJIM; agentes de saúde; escolas públicas e privadas; Prefeitura de São Cristóvão; Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente de São Cristóvão; Assembléia Legislativa; UFS.
Segundo Grupo Temático	24	Comerciantes; pastoral da saúde; associação de moradores agentes comunitários.
Segundo Grupo Temático	24	Igrejas católica, evangélica e adventista; Grupo de Jovens -GRUJIM; agentes de saúde; escolas públicas e privadas; Prefeitura de São Cristóvão; Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente de São Cristóvão; Assembléia Legislativa; UFS; comerciantes; pastoral da saúde; associação de moradores agentes comunitários.
Segundo Grupo Temático	24	Igrejas católica, evangélica e adventista; Grupo de Jovens -GRUJIM; agentes de saúde; escolas públicas e privadas; Prefeitura de São Cristóvão; Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente de São Cristóvão; Assembléia Legislativa; UFS; comerciantes; pastoral da saúde; associação de moradores agentes comunitários.
Fórum da Agenda Comunitária	21 110	Igreja católica e evangélica Grupo de Jovens – GRUJIM; agentes de saúde; escolas públicas e privadas; Prefeitura de São Cristóvão; Diretoria de Comunicação da Prefeitura de São Cristóvão; Secretaria Municipal de Saúde de São Cristóvão; Secretaria Municipal de Educação de São Cristóvão; Secretaria Municipal de Ação Social de São Cristóvão; Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente de São Cristóvão; Guarda Municipal de São Cristóvão; Secretaria de Planejamento da Secretaria Regional da Grande Rosa Elze; Assembléia Legislativa; Secretaria do Estado de Segurança Pública de Sergipe (Polícia Militar do Estado de Sergipe); Secretaria Estadual de Educação e do Desporto de Sergipe; Secretaria Estadual de Saúde de Sergipe; Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Sergipe; Secretaria Estadual de Inclusão Social Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe; Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO; UFS; UNIT; Pio Décimo; comerciantes; pastoral da saúde; associação de moradores; agentes comunitários; Unidade

Continuação da Tabela 4.2-5

ATIVIDADE AMPLIADA		Nº DE PARTICIPANTES		INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES
Fórum da	Agenda 21	110	110	Básica de Saúde do Rosa Elze (UBS); Conselho Local de Saúde da UBS do Rosa Elze; Coopercesmasc; SEBRAE; SINTESE; SESI.

Nesse sentido, mesmo com um quantitativo baixo de participantes, as instituições estiveram presentes em todas as atividades ampliadas, em proporções diferentes (Figura 4.2-5).

Outro fato a ser analisado foi a iniciativa da Petrobras em elaborar Agenda 21 Comunitária. Essa iniciativa deveria ser do poder público local, pois são as políticas públicas locais que são planejadas pela sociedade por meio desse instrumento. No entanto, a iniciativa foi de uma empresa de exploração e produção de petróleo, gás e energia.

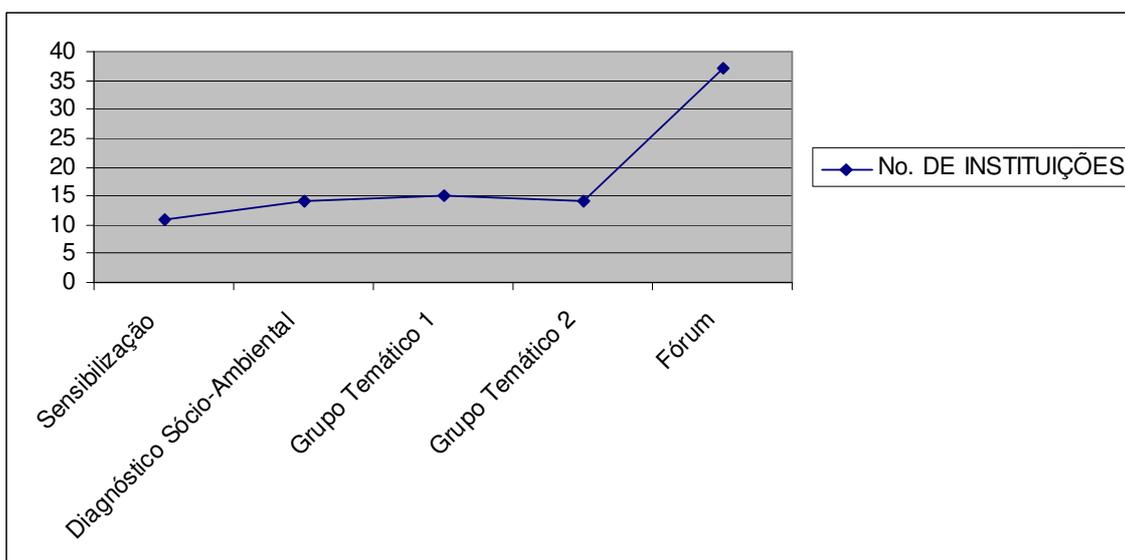


Figura 4.2-5. Número de instituições presentes por atividades do Bairro Rosa Elze.

A Petrobras investiu no Programa De Olho no Ambiente com o objetivo de estabelecer um canal de comunicação com as comunidades de interesse da empresa, conhecer a percepção da empresa e identificar as prioridades locais para investimento nos programas de responsabilidade social e ambiental que atua.

Calsing (2004) afirma que incorporar a responsabilidade social na gestão empresarial é uma necessidade de sobrevivência do negócio, com o objetivo de gerar valor para todos que interagem com a empresa, tendo como foco a melhoria na qualidade das relações, do convívio e do sucesso empresarial.

4.3 - CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS IDENTIFICADOS

Entende-se por conflito socioambiental as disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural, englobando as dimensões do conceito socioambiental como o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais; o mundo humano e suas estruturas sociais e o relacionamento interdependente entre esses dois mundos (Little, 2001). Durante o processo de elaboração da Agenda 21 Comunitária do Bairro Rosa Elze foi visível a geração de conflitos socioambientais. Pela classificação de Ferreira (1998), ocorreram os conflitos sociais e de competência (Quadro 4.4-6).

Quadro 4.4-6. Análise dos conflitos socioambientais registrados durante o processo de elaboração da Agenda 21 Comunitária do Bairro Rosa Elze.

CLASSIFICAÇÃO	CONFLITO	ATORES SOCIAIS	CONDUTA FRENTE AO CONFLITO	POSICIONAMENTO
Social - de uso de recursos e entre diferentes interesses e/ou perspectivas. (o mundo humano e suas estruturas sociais)	Resistência da população em participar de projetos sociais, devido ao fato de pesquisas realizadas por estudantes da Universidade Federal de Sergipe, sem o retorno do resultado para a comunidade, além da falta de credibilidade do poder público.	Lideranças da comunidade Universidade Federal de Sergipe Poder Público	Sem posicionamento Sem posicionamento Sem posicionamento	Denunciadores Geradores Geradores
	Desconfiança inicial dos moradores quanto à origem do Programa De Olho no Ambiente, gerando a recusa de algumas lideranças em participar	Lideranças Petrobras Sociedade Semear	Apresentação do programa na íntegra para as lideranças. Transparência dos executores do programa na disponibilização das informações.	Geradores Negociadora Negociadora
	Participação condicionada ao fornecimento de lanche ou distribuição de bonés e camisetas.	Lideranças Petrobras Sociedade Semear	Foram disponibilizados lanches nas reuniões ampliadas e bonés e camisetas para os Agentes	Geradores Negociadora Negociadora

Competência - entre esferas de gestão pública; inter e intrainstitucionais; entre/por novos arranjos institucionais. (relacionamento interdependente entre o mundo humano e suas estruturas sociais)	Associação de Moradores ligada a interesses políticos partidários	Associação de Moradores do Bairro Rosa Elze	Sem posicionamento	Geradora
	Desconhecimento pela comunidade da existência ou atuação da associação.	Comunidade		Denunciadora
	Solicitação de benefícios sociais e ambientais para a Petrobras.	Petrobras Comunidade	O papel da Petrobras foi lembrado em todos os encontros com a comunidade.	Negociadora Geradora
	Atuação da Petrobras comunidade de forma ausente e sem um canal de comunicação efetivo. As lideranças não participam das reuniões de informação solicitadas pela Petrobras.	Petrobras Comunidade	A Petrobras enviou um técnico para o Fórum para esclarecer as dúvidas na discussão dos grupos temáticos.	Negociadora Geradora

No processo de sensibilização o conflito social ocorreu por existir uma resistência da população em participar de projetos sociais, denunciando o fato de ocorrerem pesquisas socioambientais realizadas por estudantes da Universidade Federal de Sergipe (UFS), sem retorno dos resultados para a comunidade e a falta de credibilidade do poder público, geradores de conflitos.

Em pesquisa aos dados da Pró-Reitoria de Extensão da UFS (2007) foram desenvolvidas duas pesquisas de graduação, Interface do Núcleo de Graduação em Estatística – NES com alunos da Escola Pública, Pré-vestibular da UFS, Projeto Conexão do Saber e Escola Armindo Guaraná – Rosa Elze e Levantamento da toxicidade de plantas de uso doméstico na comunidade do Rosa Elze. Porém, não foi possível identificar se os dados dessas pesquisas retornaram para a comunidade.

Diante desse conflito, a UFS ao realizar suas pesquisas na comunidade deveria mobilizar e divulgar, de forma a atingir o máximo de participantes possíveis, em apresentação em reunião ampliada dos dados para a comunidade.

Com relação à credibilidade nos projetos socioambientais, o poder público deveria elaborar e executar políticas públicas reais para a população, por meio de um processo participativo e de informação dos cidadãos. Porém, ao contrário disso, utiliza benefícios sociais como moeda de troca para eleições de candidatos a cargos públicos representativos. A comunidade deveria denunciar e abrir um processo de discussão com ambas instituições para buscar benefícios para o bairro, exercendo deveres e reivindicando direitos civis, participando das reuniões solicitadas pelas instituições envolvidas. Até o presente momento, nenhum dos atores procurou mediar esse conflito.

Segundo Brose e Tofler (2004), o alto grau de dependência da boa vontade de lideranças políticas para o acesso a produtos e serviços públicos gera uma inibição diária a processos de mudança.

Outro conflito gerado pela diferença de expectativas foi pela desconfiança inicial dos moradores quanto à origem do Programa De Olho no Ambiente, gerando a recusa de algumas lideranças em participar, alegando não acreditar na mudança da realidade local. Diante disso, a assistente técnica da Sociedade Semear e a Petrobras, responsáveis pela execução do programa, procuraram apresentar a proposta do programa para as lideranças mais atuantes no bairro, esclarecendo todas as dúvidas desses atores sociais. Com a transparência nas informações fornecidas pela assistente técnica, as lideranças, mesmo com esses conflitos iniciais, forneceram as informações solicitadas e se comprometeram a participar das atividades de sensibilização do programa. Isso facilitou a mobilização da comunidade para a reunião ampliada de sensibilização, bem como para outras etapas do programas.

Conforme Nascimento (2005) o processo de desistência no DELIS/SEBRAE foi desencadeado por diversos fatores como o descrédito, a falta de esperança por outros programas anteriores presentes não se concretizarem, a ausência do poder público local e a falta de recursos e estrutura institucional.

Em contrapartida, existe a necessidade do poder público e organizações sociais de tentarem se relacionar de um outro modo com a população na implementação de suas políticas, metas e interesse, pois há uma crise de legitimidade da ação do estado e do papel das organizações (Gomes & Vilela, 2004).

Algumas lideranças afirmaram que a comunidade só participaria se houvesse lanche ou distribuição de bonés e camisetas. A assistente técnica informou que haveria lanche somente nas atividades ampliadas e não seriam distribuídos bonés e camisetas para os participantes, somente para o agentes comunitários. Esse tipo de postura em comunidades é comum, pois várias instituições, com finalidade de mobilizar a população para eventos, atrai os participantes com almoço e lanche. A comunidade por sua vez se acostuma com essa prática, usando-a como condição para participação em eventos.

O uso de metodologias participativas implica em um trabalho bem estruturado, transparente, paciente e multiplicável. O desafio é largar o velho e ultrapassado costume paternalista e tornar os atores sociais atuantes no processo de mudança. Os interesses de cada um dos indivíduos envolvidos são muitas vezes concorrentes, o que dificulta o alcance dos objetivos desejados. Enquanto não houver uma mudança de postura, a metodologia em si não será o suficiente para induzir mudanças (Rocha et al, 2004).

Na atividade de levantamento das percepções da comunidade, foi detectado um conflito por esferas de competência pelo fato da Associação de Moradores estar ligada a interesses políticos partidários, ou até desconhecimento pela comunidade da existência ou atuação da associação. A comunidade tem o direito de possuir uma associação atuante, com transparência e divulgação de suas ações. Mas também tem o dever de participar das discussões sobre os destinos da sua comunidade. Como nenhum dos atores sociais envolvidos no conflito exercem suas competências, não houve nenhum procedimento de mediação.

A atuação da Petrobras na comunidade gerou um conflito de competência devido à ocupação da área do bairro por onde passa um gasoduto. A Petrobras atua pouco na comunidade e sem um canal de comunicação efetivo. A empresa é obrigada a comunicar os cuidados em relação a esse empreendimento e os possíveis impactos ambientais existentes. A

comunidade deveria participar de reuniões solicitadas pela empresa sobre a divulgação do empreendimento e seus cuidados socioambientais e, os participantes dessas discussões, deveriam multiplicar as informações recebidas para a comunidade. A Petrobras colocou que já havia realizado um processo de comunicação com a comunidade, porém o número de participantes das reuniões de orientação era reduzido. As lideranças concordaram que isso ocorre frequentemente na comunidade. A Petrobras enviou um técnico para o Fórum da Agenda 21 Comunitária para esclarecer as dúvidas na discussão dos grupos temáticos.

Na esfera de conflitos de competência, em muitos momentos durante o programa os moradores solicitaram benefícios sociais e ambientais para a Petrobras. Isso demonstra que a comunidade não entende o papel da empresa, visto que solicita constantemente que ela atue na implementação de políticas públicas e não nas atividades da indústria de petróleo, gás e energia, que é de sua competência. O papel da Petrobras foi lembrado em todos os encontros com a comunidade.

Esse conflito ocorre devido ao fato da Petrobras ter um histórico de assistencialismo, a exemplo de distribuição de cestas básicas, além de muitas vezes exercer o papel de estado como pavimentação de estradas e construção de poços de água em pequenas comunidades. A ausência do estado na execução de políticas públicas abre espaço para que outras lideranças atuem, mesmo que seja no interesse empresarial.

Na continuidade das atividades do programa, faz necessário continuar atendo á identificação dos conflitos, buscando a sua mediação. Nesse sentido, o papel da ONG na execução do programa representando a Petrobras é essencial, pois por ser também uma organização da sociedade civil, se torna uma mediadora com maior credibilidade, com acesso aos valores e costumes da comunidade.

CAPÍTULO 5
CONCLUSÕES E SUGESTÕES

5 - CONCLUSÕES E SUGESTÕES

A partir dos dados oriundos deste estudo, foi constatada a necessidade de analisar o processo de elaboração das Agendas 21 Comunitárias do Programa De Olho no Ambiente no Estado de Sergipe, a fim de propor melhorias na construção e formas de continuidade para a implementação do documento.

Durante a elaboração da Agenda 21 Comunitária os profissionais envolvidos na sua execução devem ter a capacidade de mobilização da comunidade, mediação de conflitos, transparência na comunicação, para que ocorra a credibilidade das atividades a serem executadas, com valorização do conhecimento local e iniciativa dos participantes.

Ao promover o desenvolvimento sustentável por localidade, a Agenda 21 Comunitária permite atingir um público específico de forma a realmente envolver lideranças atuantes, novas lideranças, tornando-se as ações dentro da realidade de cada comunidade e priorizando as demandas identificadas.

A proposta metodológica do programa formando o Fórum e a Comissão da Agenda 21 Comunitária após a construção do documento foi essencial para a constituição de um elo com diversas representações da comunidade, com indivíduos que participaram do processo. Acredita-se que se o Fórum e a Comissão fossem formados no início do processo, como propõe o MMA, a representação social da comunidade poderia se fragilizar e os integrantes tomariam a decisão de fazer parte de um programa que ainda não haviam se envolvido.

Além disso, o cuidado no registro e mediação dos conflitos observados é essencial para que as propostas de trabalho atinjam seus objetivos e envolvam a comunidade durante todas as etapas, permitindo avaliar a participação da comunidade e o nível de envolvimento por meio das representações sociais.

Quanto à participação, mesmo nos casos em que o poder público não se envolva, faz-se necessário buscar essa participação continuamente, seja por meio de reuniões formais, convocação por ofício ou conversas informais. O poder público local deve ter o conhecimento

de cada avanço do processo, não sendo excluído de nenhuma forma, pois dele depende a formulação das novas políticas públicas geradas na Agenda 21 Comunitária.

A comunidade deve se sentir parte do documento elaborado, com orientação técnica, em benefício do coletivo, sem imediatismos ou individualismos, obstáculos constantes na tomada de decisão.

Outro ponto se trata de fortalecer o grupo de agentes comunitários, capacitados e envolvidos de forma teórica e prática em todo o processo. Na continuidade das ações a atuação desse grupo é essencial pela experiência adquirida.

Para tanto, o programa necessita descrever os conflitos e resultados da mediação, identificar as tipologias de participação; registrar a natureza das representações das organizações da sociedade civil, poder público e empresas privadas presentes; quantificar e qualificar os participantes e parceiros. Isso permitirá conhecer o processo de elaboração das Agendas 21 Comunitárias existentes e reajustar as atividades para outras comunidades, evitando incorrer em erros de postura e metodológicos.

Dentre as sugestões acima citadas, a mais importante trata-se de executar uma das demandas prioritárias, pois a expectativa da comunidade com relação à concretização das ações planejadas é grande. Caso isso não ocorra, o documento elaborado pode cair no descrédito, a exemplo de outros já elaborados e não foram implementados.

Ao identificar as propostas de continuidade junto à comunidade durante o processo de elaboração, esse estudo permite perceber como será o processo de implementação da Agenda 21 Comunitária do Bairro Rosa Elze, que será realizada na terceira etapa do programa prevista pela PETROBRAS para o ano de 2008.

Para a implementação da Agenda 21 Comunitária sugere-se que ocorram ações concretas para executar a Agenda 21 Comunitária, ao menos uma por comunidade; capacitação da comissão com identidade; organização social; elaboração do regimento interno de forma participativa, por meio de oficinas; formação do Conselho da Agenda 21 Comunitária a partir da Comissão consolidada e regida pelo regimento interno; capacitação em

legislação, elaboração e execução de projetos, meios de captação de recursos, papéis das instituições parceiras, economia solidária e temas específicos identificados nas Agendas 21 Comunitárias; definição da participação dos parceiros; alinhamento com os Planos Diretores dos municípios participantes do programa; organização de estudantes, professores e comunidade em Coletivos Educadores e dos Agentes Comunitários em Coletivos Jovens; organização em redes sociais de participantes e parceiros; articulação interinstitucional realizada pelo Conselho; fomento aos grupos culturais para fortalecer a identidade local.

Entendem-se como desafios da Agenda 21 Comunitária promover o envolvimento das comunidades no planejamento; internalizar o documento na construção de políticas públicas e tomadas de decisão; centralizar as discussões no interesse público acima do individual; incluir no processo de forma contínua os atores sociais resistentes a métodos coletivos e fazer com que os participantes tenham por hábito se informarem para tomarem decisões coletivas.

Nesse sentido, com uma proposta de continuidade, que está em construção pela Fundação José Pelúcio desde dezembro de 2007 levando em conta a experiência adquirida na elaboração, a Agenda 21 Comunitária poderá ser um instrumento valioso para que ocorra a auto-gestão da comunidade, exercício da cidadania e implementação de políticas públicas como envolvimento social. Trata-se realmente da construção de um novo paradigma na busca do almejado desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, A.M.A.L. de. **Cidadania e sustentabilidade**: o caso da reserva extrativista do Médio Juruá – AM. Dissertação. Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade do Amazonas. Manaus, 2003.

Arraes, N.A.M. **Desenvolvimento Sustentável e a Participação nos Processos de Agenda 21 Local Brasileiras**. 2000. 205f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Faculdade de Engenharia Civil, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Bastos, E.A.; Fonseca, V. Dimensão Econômica. In: **Sertão do Baixo São Francisco Sergipano**: bacia hidrográfica como unidade de ensino. Aracaju: CODEVASF, UFS, CNPq, 1997. 71p.

Bernardes, J.A.; Ferreira, F.P. de M. A questão ambiental: diferentes abordagens. In: Cunha, S.B. e Guerra, A. J. T. (orgs.). **Sociedade e Natureza**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, pp. 15-42.

Billaud, J.P. & Sodiere, M. La nature pour repenser le rural? In: Mathiue, N & Jolliveu, M. **Du rural a l'environnement**: la quetion de la nature ajourd'hui. Paris: L'harmatann. Pp. 180-191.

Bordenave, J.E.D. **O que é participação?** São Paulo: Brasiliense, 1994.83p.

Bossel, H. **Earth at crossroads**: paths to a sustainable future. Cambridge University Press: 1998. 338p.

Brasil. **Constituição Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1990. 120p.

_____. **Lei nº 9.795/99, de 25/04/99**. Política Nacional de Educação Ambiental e a sua regulamentação por meio do Decreto nº 4.218, de 25/06/02.

_____. Ministério das Cidades. Plano diretor participativo: guia par elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: CONFEA, 2005. 158p.

Brito, R.C. e Figueiredo A.L. de. **Desenvolvimento comunitário**: uma experiência de parceria. Psicologia e Reflexão Crítica. Vol. 10, n.1. Porto Alegre, 1997.

Brose, M. (org.) **Metodologias participativas**: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. 312p.

Brose, M. e Hofler, C.E. Reestabelecendo o diálogo entre o estado e a sociedade civil: a experiência do PRORENDA/RS. In: Brose, M. (org) **Participação na extensão rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local**. Porto Alegre: Tomo, 2004. 256p.

Calsing, E.F. Responsabilidade social e qualidade de vida no trabalho. In: **Responsabilidade e balanço social**. Coletânea de textos. Brasília: SESI, 2004. 88p.

Camargo, A.L.B. Sustentabilidade: entraves globais e reflexões. In: **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. Campinas: Papirus, 2003, pp. 113-124.

Camargo, L.H.R. O novo paradigma. In: **A Ruptura do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, pp. 51-78.

Chizzotti, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

Constanza, R. Ecological economics: the science and management of sustainability. **American Journal of Agricultural Economics**, Vol. 75, No. 4, 1993, pp. 1077-1078.

Cunha, L.H. e Coelho, M.C.N. Política e Gestão Ambiental. In: Cunha, S.B. e Guerra, A.J. T. (orgs.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, pp. 43-79.

Ferreira, L; Viola, E. **Incertezas da sustentabilidade na globalização**. Campinas: Unicamp. 1998.

Ferreira, L.C. Desenvolvimento, Sustentabilidade e Políticas Públicas. In: **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, pp 101-109.

Freitas, V.P de. **A Constituição Federal e a efetividade das normas ambientais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, 300p.

Freire, P. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

Gadotti, M. e Jacobi, P.R. **Participação e descentralização: a experiência do município de São Paulo (1986-1992)**. (<http://scholar.google.com.br/scholar>. 20 Jan. 2008)

Gallopín, G.C. Environmental and sustainability indicators and the concept of situation indicators. A system approach. **Environmental Modelling & Assesment**, n. 1, p. 101-117, 1996.

Gil. A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.

Gomes, L.J. **Conflitos entre a conservação e o uso da terra em comunidades rurais no entorno do Parque Nacional da Serra da Bocaina: uma análise interpretativa**. Tese de

doutorado. Pós-graduação da Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2002. 173p.

Gomes, M.A.O e Vilela, G.F. Uma dimensão subjetiva da participação: o aprendizado como motivação pessoal nos processos participativos da extensão rural. In: **Participação na extensão rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local**. Porto Alegre: Tomo, 2004. 256p.

Gonçalves, C.W.P. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004. 148p.

Gugelmin, E.E., Rocha, J.D., Carvalho, M.E.G, Bernardo, M., Silva, M.J. da, Santos, N.M.N dos e Palmieri, R.H. A Agenda 21 Local no Brasil. Little, P.E. (org.). **Políticas ambientais no Brasil**. São Paulo: Petrópolis, 2003. 463p.

IBGE. **Perfil dos Municípios**. São Cristóvão. Sergipe. (www.ibge.municípios.gov.br, 17, Maio. 2007).

IUCN (International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources); Unep (United Nations Environment Programme); WWF (World Wildlife Found). **World conservation strategy: living resource conservation for sustainable development**. Gland, Switzerland & Nairobi, Kenya: IUCN, Unep, WWF, 1980. 50p.

Leff, E. **Ecologia, capital e cultura, racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau: Ed. FURB, 2000. 300p.

Leonel, M. Degradação ambiental como processo social. In: **A Morte Social dos Rios**. São Paulo, Perspectiva, 1998, pp. 1-26.

Lima, G. F. da C. Questão ambiental e educação: contribuições para o debate. **Ambiente e Sociedade**. Campinas. NEPAM/UNICAMP, ano II, N° 5, 1999, p. 135-153.

Little, P. E. Os desafios da política ambiental no Brasil. In: Little, P.E. (org.). **Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: Peirópolis, 2003. 462p.

Mello, L.F. de. **Orçamento Participativo e Agenda 21 Local: uma proposta ambiental estratégica para Campinas, SP**. Dissertação de Mestrado Engenharia Civil, na área de concentração de Saneamento e Ambiente. Pós-Graduação da Faculdade de Engenharia Civil da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2003. 175p.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Brasileira: resultado da consulta nacional**. Comissão de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21. Brasília: MMA, 2004.158 p.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Passo a passo da agenda 21 local**. Brasília: MMA, 2005. 51p.

_____. Ministério do Meio Ambiente, WWF-Brasil, Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, Instituto Internacional para a Educação do Brasil, The Nature Conservancy. **Áreas protegidas do Brasil 2. Gestão participativa do SNUC**. Brasília, 2004.

Munasingue, M; Macneely, J. **Keys concepts and terminology of sustainable development**. In: Munashinfhe, M.; Shearer, W. (Eds). *Defining and measuring sustainability: the biogeophysical foundations*. Washington, DC; The United Nations University & The World Bank.

Nascimento, M.G. do. **Sustentabilidade cultural no âmbito do desenvolvimento local: uma análise do DLIS/SEBRAE**. Dissertação de Mestrado do Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE. 2005. 158p.

OECD. **Organization for Economic Cooperation and Development. Organization for Economic Cooperation and Development: core set of indicators for environmental performance reviews; a synthesis report by the group on the state of the environmental**. Paris: OECD, 1993.

Petrobras. **Diagnóstico socioambiental do bairro Rosa Elze, município de São Cristóvão, Sergipe**. Aracaju, 2007. 21p.

_____. **Programa De Olho no Ambiente: termo de referência**. Rio de Janeiro, 2005. 13p.

Pereira, P.A.S. Sustentabilidade e Gestão: Ciência, Política e Técnica. In: **Rios, redes e regiões: a sustentabilidade a partir de um enfoque integrado dos recursos terrestres**. Porto Alegre: AGE Editora, 2000, pp 19-47.

Pires, M. Trajetória do conceito de desenvolvimento sustentável na transição de paradigmas. In: Goulart, L. & Braga, M.L. (orgs). **Tristes Cerrados**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

Pizzorno, A. **Introduzzione alio studio delia partecipazzione política: quaterni di Sociologia**. 15, 3-4, 1996. (<http://www.schwartzman.org.br/simon/abertura.htm>. 20 Abr. 2006)

Pornk, J.; Ul Haq, M. **Sustainable development: from concept to action**. The Hague Report. New York: United Nations Development Programme, 1992. (<http://www.undp.org.in/hdrc/APRI/Event/Colombo/resources/bgppr>. 20 Abr. 2006).

Preste, P. le. **Ecopolítica internacional**. São Paulo: SENAC, 2000. 518p.

Pretty, J. N. Participatory learning for sustainable agriculture. **World development**, v. 25, n.9, p. 1247-1263, 1995.

Quintas, J. da S. **Introdução à gestão ambiental pública**. Brasília: IBAMA, 2002, 132p.

Reigota, M. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995. 70p

Ribeiro, D. **O processo civilizatório**. Petrópolis: Vozes, 1991. 256p.

Rocha, M.S., Kummer, L., Herz, P., Melzer, R, Diz, V.L. de. A experiência do PRORENDA-BAHIA. In: **Participação na extensão rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local**. Porto Alegre: Tomo, 2004. 256p.

Sachs, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 95 p.

Salimbeli, O. **Relatório de atividades das reuniões temáticas do Programa De Olho no Ambiente da comunidade do Bairro Rosa Elze**. Aracaju, 2007. 12p.

São Cristóvão. Secretaria Municipal de Saúde. **Sistema de Informação e Atenção Básica (SIAB)**, 2007.

Sergipe. Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia. Seplantec. Superintendência de Estudos e Pesquisas – SUPES. **Perfis Municipais: São Cristóvão, 1997/2000**.

Sergipe. Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia Seplantec. **Superintendência de Recursos Hídricos - SRH**, 2002.

Sergipe. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Sergipe. Semarh. **Legislação ambiental**. (www.semarh.se.gov.br/legislação.htm. 02 Jan. 2008)

Silva Filho, J.T. da. De cidade operária a pólo turístico. **Revista Cinform**. 2000.

Souza, E.C.B., Mamede, F., Ferreira, F. do S.S.F.S., Silva, F.A.L., Santana, R.B., Roldan, R. e Leitão, S.A.M. Desafios da gestão ambiental nos municípios. Little, P.E. (org.). **Políticas ambientais no Brasil**. São Paulo: Petrópolis, 2003. 463p.

Souza, R.M. e. **Redes de monitoramento socioambiental e tramas da sustentabilidade**. São Paulo: Annablume, Geoplan, 2007. 266.

Tatagiba, L. **Participação, cultura política e modelos de gestão: a democracia geral e suas ambivalências**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003. 182p.

Triviños, A.N.P. **Introdução á pesquisa em estudos sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

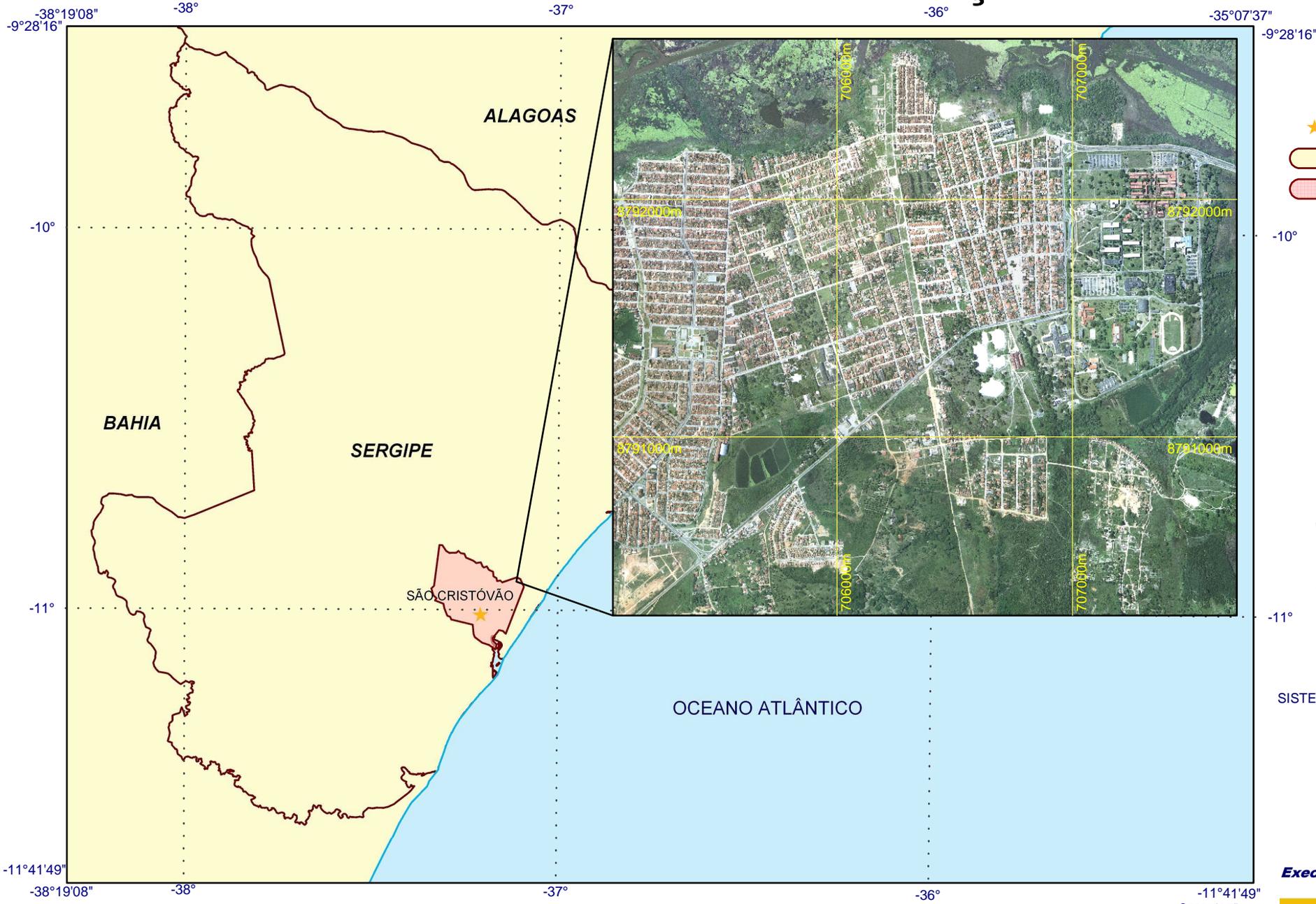
UNDP. United Nations Development Programme. **Human development report**. New York: Oxford University Press, 1990.

Vergara, S.C. Sugestões para a estruturação de um projeto de pesquisa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Escola Brasileira de Administração Pública. Departamento de Pesquisa e Publicações. **Cadernos de Pesquisa** (02/91). 1990.

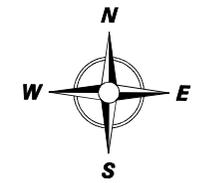
WCED. World Commission on Environment and Development. **Our common future**: report of the World Commission on Environment and Development. Oxford University Press, Oxford, England. 1988. 318p.

ANEXO

MAPA DE LOCALIZAÇÃO



- LEGENDA**
- ★ Sede Municipal
 - Limite Estadual
 - Limite Municipal



SISTEMA DE PROJEÇÃO : UTM
DATUM : ARATU
MC : -39W

DATA: FEVEREIRO/2008



Executado por:

ESTE DOCUMENTO É DE PROPRIEDADE DA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS. E NÃO PODE SER REPRODUZIDO OU USADO PARA QUALQUER FINALIDADE DIFERENTE DAQUELA PARA A QUAL ESTÁ SENDO FORNECIDO.



Questionário Socioambiental – Agente Comunitário

Comunidade: _____ Número: _____

Endereço do Domicílio da Pesquisa: _____

Agente Comunitário: _____ Número do Agente Comunitário: _____

A - DADOS PESSOAIS							
Q 1.	Sexo:	1. <input type="checkbox"/> Mulher		2. <input type="checkbox"/> Homem			
Q 2.	Ocupação:	1. <input type="checkbox"/> Sem ocupação 2. <input type="checkbox"/> Autônomo (Especifique: _____) 3. <input type="checkbox"/> Empregado não servidor público 4. <input type="checkbox"/> Servidor público 5. <input type="checkbox"/> Empregador 6. <input type="checkbox"/> Aposentado 7. <input type="checkbox"/> Outros (Especifique: _____)					
Q 3.	Idade:	1. <input type="checkbox"/> até 17	2. <input type="checkbox"/> 18 - 30	3. <input type="checkbox"/> 31 - 40	4. <input type="checkbox"/> 41 - 50	5. <input type="checkbox"/> 51 - 64	6. <input type="checkbox"/> 65 ou+
Q 4.	Raça / Etnia:	1. <input type="checkbox"/> Branca		3. <input type="checkbox"/> Asiática / Oriental		5. <input type="checkbox"/> Indígena	
		2. <input type="checkbox"/> Negra		4. <input type="checkbox"/> Parda		6. <input type="checkbox"/> Não sabe	
Q 5.	Naturalidade:	1. Estado: _____			2. Município: _____		
Q 6.	Escolaridade:	1. <input type="checkbox"/> Não freqüentou a escola (Se não freqüentou a escola, para Q 8) 2. <input type="checkbox"/> Ensino fundamental incompleto 3. <input type="checkbox"/> Ensino fundamental completo 4. <input type="checkbox"/> Ensino médio incompleto 5. <input type="checkbox"/> Ensino médio completo 6. <input type="checkbox"/> Ensino superior incompleto 7. <input type="checkbox"/> Ensino superior completo 8. <input type="checkbox"/> Outros (Especifique: _____)					
Q 7.	Tipo de Instituição escolar que freqüentou por mais tempo:	1. <input type="checkbox"/> Escola Pública		3. <input type="checkbox"/> SESI / SENAI		5. <input type="checkbox"/> Outros (Especifique: _____)	
		2. <input type="checkbox"/> Escola Privada		4. <input type="checkbox"/> Telecurso 1º / 2º Grau			

B- DADOS DA FAMÍLIA										
Q 8.	Há quanto tempo sua família reside na comunidade?	1. <input type="checkbox"/> menos de 1 ano		2. <input type="checkbox"/> De 1 a 5 anos		3. <input type="checkbox"/> Mais de 5 a 10 anos		4. <input type="checkbox"/> Mais de 10 anos		
Q 9.	Quantas pessoas moram na casa?	1. <input type="checkbox"/> 1 (Se 1, pule para Q 12)		2. <input type="checkbox"/> 2 - 3		3. <input type="checkbox"/> 4 - 5		4. <input type="checkbox"/> 6 ou +		
Q 10.	Qual o grau de parentesco das pessoas que moram na casa?	1. <input type="checkbox"/> Casal		3. <input type="checkbox"/> Pai/filhos		5. <input type="checkbox"/> Pai/mãe/filhos/agregados				
		2. <input type="checkbox"/> Pai/mãe/filhos		4. <input type="checkbox"/> Mãe/filhos		6. <input type="checkbox"/> Outros				
Q 11.	Quantas pessoas fazem alguma refeição no domicílio?	1. <input type="checkbox"/> Nenhuma		2. <input type="checkbox"/> 1		3. <input type="checkbox"/> 2 a 3		4. <input type="checkbox"/> 4 a 5		5. <input type="checkbox"/> 6 ou +
Q 12.	Das pessoas que	1. <input type="checkbox"/> Nenhuma		2. <input type="checkbox"/> 1		3. <input type="checkbox"/> 2 a 3		4. <input type="checkbox"/> 4 a 5		5. <input type="checkbox"/> 6 ou +

	moram na casa, quantas trabalham?					
Q 13.	Das pessoas que moram na casa, quantas são menores de 18 anos?	1. <input type="checkbox"/> Nenhuma (Se NENHUMA, pule para Q 15)	2. <input type="checkbox"/> 1	3. <input type="checkbox"/> 2	4. <input type="checkbox"/> 3 ou +	
Q 14.	Dos moradores menores de 18 anos, quantos contribuem com o sustento familiar?	1. <input type="checkbox"/> Nenhum	2. <input type="checkbox"/> 1	3. <input type="checkbox"/> 2	4. <input type="checkbox"/> 3 ou +	
Q 15.	Qual é a renda total da família (incluindo benefícios sociais)?	1. <input type="checkbox"/> Sem renda (Se não possui renda, pule para Q 17)	2. <input type="checkbox"/> Menos de 1 salário mensais / renda ocasional	3. <input type="checkbox"/> De 1 a 2 salários mínimos mensais	4. <input type="checkbox"/> Mais de 2 a 3 salários mínimos mensais	5. <input type="checkbox"/> Mais de 3 a 5 salários mínimos mensais 6. <input type="checkbox"/> Mais de 5 salários mínimos mensais
Q 16.	Origem da renda e/ou benefício: (Marque a origem da renda de todos os moradores que contribuem com a renda total da família)	1. <input type="checkbox"/> Informal 2. <input type="checkbox"/> Autônomo 3. <input type="checkbox"/> Programas sociais 4. <input type="checkbox"/> Empresa privada	5. <input type="checkbox"/> Empresa pública 6. <input type="checkbox"/> Aposentadoria privada 7. <input type="checkbox"/> Aposentadoria pública 8. <input type="checkbox"/> Outros (Especifique: _____)			
Q 17.	Dos moradores maiores de 18 anos não têm cert. de nasc. ou cart. de ident. ou CPF ou título de eleitor?	1. <input type="checkbox"/> Nenhum	2. <input type="checkbox"/> 1	3. <input type="checkbox"/> 2 4. <input type="checkbox"/> 3	5. <input type="checkbox"/> 4 ou + 6. Não sabe	

C - MORADIA						
Q 18.	O terreno da sua casa está regularizado?	1. <input type="checkbox"/> Sim	2. <input type="checkbox"/> Não	3. <input type="checkbox"/> Não sabe		
Q 19.	O terreno da sua casa é:	1. <input type="checkbox"/> Plano 2. <input type="checkbox"/> Inclinado	3. <input type="checkbox"/> Alagadiço (margens de rios, lagos, lagoas ou mar) 4. <input type="checkbox"/> Outros (Especifique: _____)			
Q 20.	Sua casa é:	1. <input type="checkbox"/> Própria 2. <input type="checkbox"/> Posse	3. <input type="checkbox"/> Alugada 4. <input type="checkbox"/> Cedida	5. <input type="checkbox"/> Outros (Especifique: _____)		
Q 21.	Tipo de moradia:	1. <input type="checkbox"/> Alvenaria 2. <input type="checkbox"/> Madeira	3. <input type="checkbox"/> Barro 4. <input type="checkbox"/> Papelão	5. <input type="checkbox"/> Outros (Especifique: _____)		
Q 22.	Quantos cômodos têm em sua casa (quarto e/ou banheiro e/ou sala e/ou cozinha)?	1. <input type="checkbox"/> 1	2. <input type="checkbox"/> 2	3. <input type="checkbox"/> 3	4. <input type="checkbox"/> 4 a 5	5. <input type="checkbox"/> 6 ou +
Q 23.	O banheiro da sua residência é:	1. <input type="checkbox"/> Dentro da casa	2. <input type="checkbox"/> Do lado de fora da casa	3. <input type="checkbox"/> Não tem banheiro		

D – INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS							
Q 24.	Qual o transporte mais usado pela sua	1. <input type="checkbox"/> Carro	3. <input type="checkbox"/> Bicicleta	5. <input type="checkbox"/> Metrô	7. <input type="checkbox"/> Carroça	9. <input type="checkbox"/> A pé	11. <input type="checkbox"/> Cavalo / jegue / mula

	família? (Pode marcar mais de uma opção)	2. <input type="checkbox"/> Van / Kombi	4. <input type="checkbox"/> Ônibus	6. <input type="checkbox"/> Moto	8. <input type="checkbox"/> Moto-táxi	10. <input type="checkbox"/> Canoa/ barca/ balsa	12. <input type="checkbox"/> outros
Q 25.	Existe energia elétrica em sua casa?	1. <input type="checkbox"/> Sim (Se SIM, pule para o Q 27)			2. <input type="checkbox"/> Não		
Q 26.	Qual é a fonte de energia usada em sua casa?	_____					
Q 27.	Qual é o principal tipo de abastecimento de água da sua casa?	1. <input type="checkbox"/> Rede pública		4. <input type="checkbox"/> Bicão		7. <input type="checkbox"/> Não há abastecimento	
		2. <input type="checkbox"/> Rede comunitária		5. <input type="checkbox"/> Rio ou nascente		8. <input type="checkbox"/> Outros	
		3. <input type="checkbox"/> Poço / cisterna		6. <input type="checkbox"/> Carro pipa			
Q 28.	A água que você bebe é?	1. <input type="checkbox"/> Filtrada	2. <input type="checkbox"/> Fervida	3. <input type="checkbox"/> Clorada	4. <input type="checkbox"/> Sem tratamento	5. <input type="checkbox"/> Outros	6. <input type="checkbox"/> Não sabe
Q 29.	O esgoto da sua casa vai para:	1. <input type="checkbox"/> Rede pública		3. <input type="checkbox"/> Sumidouro		5. <input type="checkbox"/> Valão	
		2. <input type="checkbox"/> Fossa séptica		4. <input type="checkbox"/> Rede comunitária		6. <input type="checkbox"/> Rio/canal	
						7. <input type="checkbox"/> Outros (Especifique: _____)	
Q 30.	Como é guardado o lixo dentro de sua casa?	1. <input type="checkbox"/> Recipiente aberto		2. <input type="checkbox"/> Recipiente fechado		3. <input type="checkbox"/> Outros	
Q 31.	Destino do lixo:	1. <input type="checkbox"/> Enterrado		3. <input type="checkbox"/> Recolhido pelo gari		5. <input type="checkbox"/> Rio/ canal	
		2. <input type="checkbox"/> Queimado		4. <input type="checkbox"/> Caçamba de lixo		6. <input type="checkbox"/> terreno baldio/ Lixão	
						7. <input type="checkbox"/> Outros (Especifique: _____)	
Q 32.	Sua comunidade possui coleta seletiva de lixo?	1. <input type="checkbox"/> Sim		2. <input type="checkbox"/> Não		3. <input type="checkbox"/> Não sabe	
Q 33.	O recolhimento de lixo de sua comunidade é:	1. <input type="checkbox"/> Todo dia		3. <input type="checkbox"/> 2 vezes por semana		5. <input type="checkbox"/> Não tem	
		2. <input type="checkbox"/> 1 vez por semana		4. <input type="checkbox"/> 3 vezes por semana		6. <input type="checkbox"/> Outros (Especifique: _____)	

E – QUALIDADE DE VIDA							
Q 34.	Nos últimos 12 meses, quais as doenças mais frequentes na sua família? (Pode marcar mais de uma opção)	1. <input type="checkbox"/> Dengue		4. <input type="checkbox"/> Leptospirose		7. <input type="checkbox"/> Problemas de pele	
		2. <input type="checkbox"/> Verminoses		5. <input type="checkbox"/> Hepatite		8. <input type="checkbox"/> Problemas do coração	
		3. <input type="checkbox"/> Doenças respiratórias		6. <input type="checkbox"/> Virose		9. <input type="checkbox"/> Outros (Especifique: _____)	
Q 35.	Em caso de doença a que serviço de saúde recorre?	1. <input type="checkbox"/> Posto de saúde		3. <input type="checkbox"/> hospital público		5. <input type="checkbox"/> farmácia	
		2. <input type="checkbox"/> Médico o de saúde		4. <input type="checkbox"/> hospital privado		6. <input type="checkbox"/> nenhum	
						7. <input type="checkbox"/> Outros (Especifique: _____)	
Q 36.	Com relação ao local onde você vive, avalie	a. Atendimento à saúde:		1. <input type="checkbox"/> Bom	2. <input type="checkbox"/> Regular	3. <input type="checkbox"/> Ruim	4. <input type="checkbox"/> Não existe
							5. <input type="checkbox"/> Não sabe

	os seguintes aspectos:	b. Atendimento ao portador de deficiência:	1. <input type="checkbox"/> Bom	2. <input type="checkbox"/> Regular	3. <input type="checkbox"/> Ruim	4. <input type="checkbox"/> Não existe	5. <input type="checkbox"/> Não sabe		
		c. Assistência social (ou ações sociais):	1. <input type="checkbox"/> Bom	2. <input type="checkbox"/> Regular	3. <input type="checkbox"/> Ruim	4. <input type="checkbox"/> Não existe	5. <input type="checkbox"/> Não sabe		
		d. Creche:	1. <input type="checkbox"/> Bom	2. <input type="checkbox"/> Regular	3. <input type="checkbox"/> Ruim	4. <input type="checkbox"/> Não existe	5. <input type="checkbox"/> Não sabe		
		e. Urbanização de ruas:	1. <input type="checkbox"/> Bom	2. <input type="checkbox"/> Regular	3. <input type="checkbox"/> Ruim	4. <input type="checkbox"/> Não existe	5. <input type="checkbox"/> Não sabe		
		f. Cursos de qualificação profissional:	1. <input type="checkbox"/> Bom	2. <input type="checkbox"/> Regular	3. <input type="checkbox"/> Ruim	4. <input type="checkbox"/> Não existe	5. <input type="checkbox"/> Não sabe		
37.	Qual destes aspectos você considera o mais importante? (Marque apenas uma opção, a principal)	1. <input type="checkbox"/> Atendimento da saúde	2. <input type="checkbox"/> Atendimento ao portador de deficiência		3. <input type="checkbox"/> Assistência social (ou ações sociais)		4. <input type="checkbox"/> Creche	5. <input type="checkbox"/> Qualidade no ensino	
							6. <input type="checkbox"/> Cursos de qualificação profissional		
Q 38.	Com relação ao local onde você vive, avalie os seguintes aspectos:	a. Coleta de lixo:	1. <input type="checkbox"/> Bom	2. <input type="checkbox"/> Regular	3. <input type="checkbox"/> Ruim	4. <input type="checkbox"/> Não existe	5. <input type="checkbox"/> Não sabe		
		b. Rede de esgoto:	1. <input type="checkbox"/> Bom	2. <input type="checkbox"/> Regular	3. <input type="checkbox"/> Ruim	4. <input type="checkbox"/> Não existe	5. <input type="checkbox"/> Não sabe		
		c. Abastecimento de água	1. <input type="checkbox"/> Bom	2. <input type="checkbox"/> Regular	3. <input type="checkbox"/> Ruim	4. <input type="checkbox"/> Não existe	5. <input type="checkbox"/> Não sabe		
		d. Transporte coletivo:	1. <input type="checkbox"/> Bom	2. <input type="checkbox"/> Regular	3. <input type="checkbox"/> Ruim	4. <input type="checkbox"/> Não existe	5. <input type="checkbox"/> Não sabe		
		e. Urbanização das ruas:	1. <input type="checkbox"/> Bom	2. <input type="checkbox"/> Regular	3. <input type="checkbox"/> Ruim	4. <input type="checkbox"/> Não existe	5. <input type="checkbox"/> Não sabe		
Q 39.	Qual destes aspectos você considera o mais importante? (Marque apenas uma opção, a principal)	1. <input type="checkbox"/> Coleta de lixo	2. <input type="checkbox"/> Rede de esgoto		3. <input type="checkbox"/> Abastecimento de água		4. <input type="checkbox"/> Transporte coletivo		5. <input type="checkbox"/> Urbanização das ruas
Q 40.	Com relação ao local onde você vive, avalie os seguintes aspectos:	a. Áreas de lazer / esportes:	1. <input type="checkbox"/> Bom	2. <input type="checkbox"/> Regular	3. <input type="checkbox"/> Ruim	4. <input type="checkbox"/> Não existe	5. <input type="checkbox"/> Não sabe		
		b. Programação cultural:	1. <input type="checkbox"/> Bom	2. <input type="checkbox"/> Regular	3. <input type="checkbox"/> Ruim	4. <input type="checkbox"/> Não existe	5. <input type="checkbox"/> Não sabe		
		c. Limpeza de ruas e terrenos:	1. <input type="checkbox"/> Bom	2. <input type="checkbox"/> Regular	3. <input type="checkbox"/> Ruim	4. <input type="checkbox"/> Não existe	5. <input type="checkbox"/> Não sabe		
		d. Segurança pública:	1. <input type="checkbox"/> Bom	2. <input type="checkbox"/> Regular	3. <input type="checkbox"/> Ruim	4. <input type="checkbox"/> Não existe	5. <input type="checkbox"/> Não sabe		
41.	Qual destes aspectos você considera o mais importante? (Marque apenas uma opção, a principal)	1. <input type="checkbox"/> Áreas de lazer / esportes			2. <input type="checkbox"/> Programação cultural			3. <input type="checkbox"/> Limpeza de ruas e terrenos	
								4. <input type="checkbox"/> Segurança pública	

F – CAPITAL SOCIAL					
Q 39.	Existe alguma área de lazer e de esportivo na sua comunidade?	1. <input type="checkbox"/> Sim	2. <input type="checkbox"/> Não	3. <input type="checkbox"/> Não sabe	
Q 40.	Existe algum espaço cultural e educativo na sua comunidade?	1. <input type="checkbox"/> Sim	2. <input type="checkbox"/> Não	3. <input type="checkbox"/> Não sabe	
Q 41.	Existe algum centro de assistência social na sua comunidade?	1. <input type="checkbox"/> Sim	2. <input type="checkbox"/> Não	3. <input type="checkbox"/> Não sabe	
Q 42.	Com que frequência sua família participa de ações da comunidade (Associações de Moradores, ONG's, grupos, etc.)	1. <input type="checkbox"/> Nunca	2. <input type="checkbox"/> às vezes	3. <input type="checkbox"/> sempre	
F – CAPITAL SOCIAL (continuação)					
Q 43.	Você participaria de projetos que beneficiariam sua comunidade?	1. <input type="checkbox"/> Sim		2. <input type="checkbox"/> Não	
Q 44.	Qual ou quais os meios de informação utilizados pela sua família? (Pode marcar mais de uma opção)	1. <input type="checkbox"/> Jornal	3. <input type="checkbox"/> Revista	5. <input type="checkbox"/> Bate papo	7. <input type="checkbox"/> Outros (Especifique: _____)
		2. <input type="checkbox"/> Televisão	4. <input type="checkbox"/> Rádio canal aberto	6. <input type="checkbox"/> Rádio Comunitária	

Anexo 2. Memória local da comunidade do Bairro Jardim Rosa Elze

Inicialmente o Bairro Jardim Rosa Elze era a Fazenda Santa Cruz, propriedade particular do Sr. José Mário Garcia de Menezes. O terreno era alagadiço, não existiam ruas e só havia seis famílias residindo no local. Para se deslocar era necessário caminhar muito e passar por duas pontes, uma delas localizava-se onde hoje está a Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe, que foi construída na época pelo prefeito de Aracaju, o Sr. José Conrado de Araújo.

Da Avenida CHESF seguindo para o Conjunto Eduardo Gomes, o Bairro Jardim Rosa Elze era chamado de “Quemdero” (que hoje é o Rosa Maria); da Avenida CHESF até a UFS, era chamado de “Cheiroso” (hoje - Rosa Elze); do fundo da UFS seguindo para o Conjunto Universitário, era chamado de “Vagem da Canoa” e logo depois tinha um outro conjunto chamado de “Vagem Grande”.

O Conjunto “Vagem da Canoa” tinha como proprietários o Sr. Luís, o Sr. Reis (que também era dono do cemitério) e o Sr. Teixeira (que era proprietário do terreno onde hoje é a UFS). Na época, quando representantes do governo quiseram comprar o terreno do Sr. Teixeira, ele deixou claro que só venderia na condição de que, parte do mesmo fosse doado para a construção de um colégio, que hoje é a Escola Estadual Armino Guaraná. A construção da UFS teve início em meados de 1978, onde houve algumas interrupções.

Nesta época o Sr. Mário decidiu vender toda sua propriedade para uma construtora chamada SEREPE, que tinha como dono o Sr. José Prado. Após a venda, o terreno foi loteado e recebeu o nome de Jardim Rosa Elze. A energia elétrica foi implantada, na época, pelo governador Augusto Franco.

O bairro surgiu do loteamento realizado pela imobiliária SEREP, que após adquirir parte da Fazenda Santa Cruz, do Sr. Mário Menezes, no ano de 1972, a dividiu em 56 (cinquenta e seis) quadras com 2.115 (dois mil, cento e quinze) lotes. Quatro quadras de áreas foram destinadas à construção de praças e utilização de algumas atividades públicas. Os demais lotes foram vendidos às populações pobres advindas do interior do Estado, sem ter sido realizado nenhum serviço básico de infra-estrutura no local.

A ocupação do solo se deu de forma lenta, acentuando-se com a implantação do Campus Universitário da Universidade Federal de Sergipe.

O Jardim Rosa Elze, hoje, está localizado próximo à Cidade Universitária Profº Aloisio de Campos, no bairro do mesmo nome, no município de São Cristóvão. Limita-se, também, com o Jardim Rosa Maria, Conjunto Maria do Carmo e o Jardim Universitário.

O bairro possui uma população de 2.623 habitantes (Secretaria Municipal de Saúde, 2007), com características totalmente urbanas, e com os seguintes equipamentos sociais, como: Igrejas Católica Igreja Senhor do Bonfim) e Evangélicas (Quadrangular, Universal, Batista, Igreja do reino de Deus, Igreja Cristã do Brasil e Adventista do 7º Dia); Escolas federal (Colégio de Aplicação e UFS – Universidade Federal de Sergipe), estadual (Escola Estadual Armindo Guaraná), municipal (EMEI Francisco da Costa Batista, EMEF Martinho Bravo e EMEF Lauro Rocha) e particulares (Colégio Vinicius de Moraes, Colégio Globo, Tia Lulu, Alexandre Magno, Escolinha do Pequeno Saber, Abelhinha, Monsenhor Daltro) que abrangem desde ensino infantil até Pós-Graduação nas varias área do conhecimento. Além deste, possui 02 (duas) creches (uma particular e outra pública), o Posto de Saúde Armando Batalha de Góis, um posto policial, farmácias, supermercados, casas comerciais (Copiadora ou Xérox, que atende tanto a comunidade como aos universitários, bares, restaurantes, lanchonetes, serralheria, etc.), a feira livre com produtos agrícolas (às quintas-feiras) e outros.

As manifestações Culturais da comunidade são: Festa do Padroeiro, Senhor do Bomfim, promovida pela Igreja Católica e o bloco carnavalesco chamado “Porra Nenhuma” (criado e organizado por moradores do Rosa Elze).

Quanto a atividades relevantes de reuniões na comunidade destacam-se o encontro de representantes de grupos de jovens do Rosa Elze e adjacências, que ocorre anualmente no mês de agosto e a reunião semanal do Grupo de Jovem Iluminando o Mundo (GRUJIM), que acontece todos os domingos, às 10:00h, no salão paroquial da Igreja Senhor do Bonfim; além de catecismo e encontros de casais promovidos pela igreja católica e que ocorrem periodicamente na comunidade.

As áreas de lazer ainda são precárias, mas a comunidade possui uma modesta praça a qual sofreu uma reforma e que a comunidade tem desfrutado por meio do bate-papo com amigos, brincadeiras das crianças com bicicletas e os jovens, com jogos nas quadras esportivas.

Anexo 3. Diagnóstico Socioambiental do Bairro Jardim Rosa Elze, Município de São Cristóvão, Sergipe.

**DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL
BAIRRO ROSA ELZE
SÃO CRISTÓVÃO - SE**

Assistente Técnico: Onildete Salimbeni

**ARACAJU- SERGIPE
OUTUBRO-2007**

1- CARACTERIZAÇÃO GERAL

O município de São Cristóvão encontra-se localizado na microrregião de Aracaju, limita-se com os municípios de Nossa Senhora do Socorro, ao norte; Itaporanga D'Ajuda, a sul e oeste; e com Aracaju, a leste (Figura 1). Apresenta uma área territorial de 470 Km². A sede municipal tem uma altitude de 30 metros e coordenadas geográficas de 11°01'03`` de latitude sul e 37°12'00`` de longitude oeste. O município de São Cristóvão dista 26 km da capital, é a quarta cidade mais antiga do Brasil, foi a primeira capital de Sergipe, posto que perdeu em 1855.

De acordo com a Revista Cimform, 2000, a cidade foi tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional desde 1939. São Cristóvão desenvolveu-se segundo o modelo urbano português em dois planos: cidade alta, com sede do poder civil e religioso, e cidade baixa com o porto, fábricas e população de baixa renda. O casario guarda nas fachadas a divisão social do Brasil Colônia, representando cada grupo de poder.

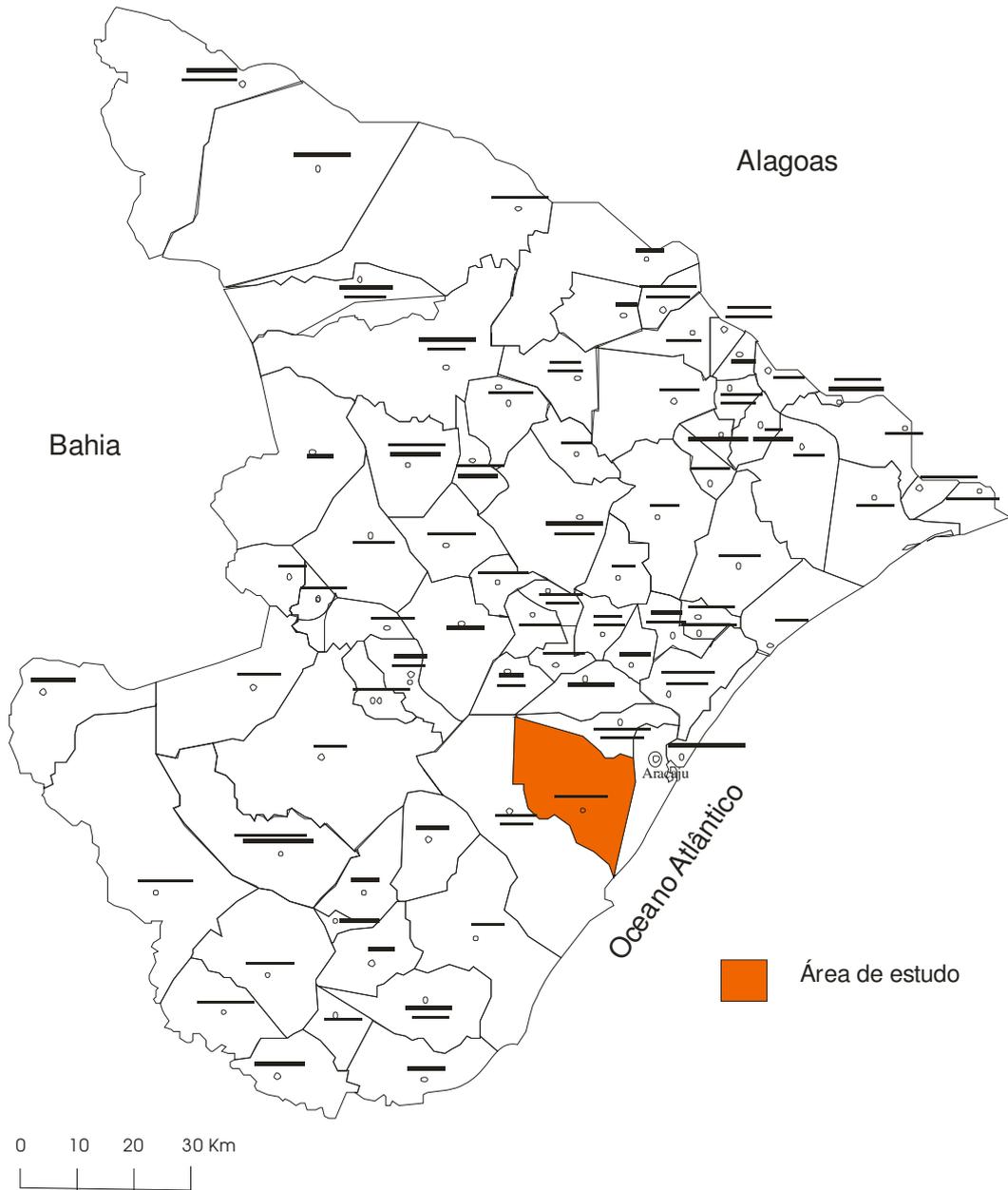
O primeiro arraial foi fundado na confluência dos rios Sergipe e Poxim, local onde hoje se encontra Aracaju. A cidade sofreu sucessivas mudanças, até firmar-se, em 1607, à margem do Paramopama, afluente do rio Vaza-Barris, sua atual localização. Em 1637 foi invadida pelos holandeses, ficando praticamente destruída. Após a invasão holandesa, em 1645, a cidade foi reconstruída. Data daquela época a maioria dos monumentos que formam o fantástico patrimônio histórico do local. Assim, os monumentos históricos e as árvores se localizam nas principais praças da cidade.

A fase industrial da cidade começa em 1912. Depois desse ano, muitas famílias chegavam diariamente à ex-capital. Aracaju, apesar de possuir indústrias, estava com o mercado de trabalho saturado, a insalubridade e as péssimas condições de vida grassavam. Por conta das oportunidades de emprego e moradia, uma corrente migratória converge para São Cristóvão. Ainda que houvesse um exército de reserva, este recorria à maré do Paramopama para saciar a fome.

Nesse sentido, com a II Guerra Mundial (1939-1945) houve um incentivo para fundação de outra fábrica têxtil: a Companhia Industrial São Gonçalo S.A.. Num período em que a sociedade sofria influência para o desenvolvimento da indústria, inclusive a educação era voltada para dá formação técnica para atender ao mercado local e a apreciação da mão-de-obra barata.

Durante quase trinta anos as fábricas, inclusive a beneficiadora de algodão Sergiminas, responderam pela renda da população de São Cristóvão.

Figura 01
São Cristóvão



Elaboração: Maryane M. Silveira, 2007

Segundo Silva Filho, 2000, nesse período a cidade passa por momentos áureos, pois uma parte da população estava empregada nas fabricas. Floresciam os esportes, times como o Industrial, Operário, Palmeiras e Juvenil revelaram craques.

A Fábrica São Gonçalo faliu em 1969, em seguida a Vila Operária foi abandonada pelos seus moradores. Muitos deixaram a cidade. Já a fábrica Sam Christovam sofreu crise irreversível nos anos 70. Entre 1981 / 82, os moradores de sua Vila Operária receberam a posse das casas como forma de indenização. O maquinário da 'fábrica velha' foi vendido a empresários de Pernambuco e Bahia.

Na atualidade São Cristóvão faz parte da Grande Aracaju, por ser um município que se localiza nas proximidades assumindo a função de cidade dormitório, pois a maior parte de sua população trabalha e se utilizam dos serviços (médicos, hospitais, transportes e outros) em Aracaju.

2- ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

O município de São Cristóvão com uma população de 77.278 habitantes (IBGE, 2005), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,7 (IBGE, 2003). Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o município tem como principais fontes de receita a agricultura, pecuária, avicultura e mineração. A agricultura possui como principais produtos o cultivo de banana, coco-da-baía, goiaba, mandioca, milho, feijão, laranja e cana-de-açúcar. Os rebanhos têm como principais efetivos os bovinos, suínos e equinos. Na avicultura sobressaem os galináceos. Na mineração registra-se a exploração e lavra de argilas, areias e saibros, bem como a produção de petróleo e gás.

A cidade dispõe de 04 (quatro) agências bancárias, infra-estrutura de serviços de energia elétrica, serviços telefônicos, transporte rodoviário interurbano, agência postal, estação receptora de TV, biblioteca e emissora de rádio e abastecimento de água. O número de estabelecimentos ligados a rede de abastecimento é de 5.313 (cinco mil, quinhentos e treze), sendo 4.521 (quatro mil, quinhentos e vinte e um) residenciais, 162 (cento e sessenta e dois) comerciais, 8 (oito) industriais, 33 (trinta e três) do poder público e 589 (quinhentos e oitenta e nove) rurais. O esgotamento sanitário é efetuado através de fossa sépticas e comuns, enquanto o lixo urbano coletado é transportado e depositado em terreno baldio.

3- ASPECTOS FÍSICOS

O município apresenta clima do tipo megatérmico úmido e sub-úmido, temperatura média no ano de 25,2°C, precipitação pluviométrica média anual de 1.331,4mm e período chuvoso de março a agosto (SERGIPE. SEPLANTEC/SUPES, 1997/2000), o relevo está caracterizado pelas seguintes unidades geomorfológicas:

- a) Planície Litorânea, contendo as planícies marinhas, flúvio-marinhas e fluviais;
- b) Tabuleiros Costeiros, englobando relevos dissecados em colinas e interflúvios tabulares;
- c) Superfície dos rios Cotinguiba-Sergipe, portando feições dissecadas em colinas, cristas e interflúvios tabulares.
- d) Os solos são Podzólico Vermelho Amarelo, Aluviais Eutróficos e Distróficos, Gray Pouco Úmido, Podzol e Indiscriminados de Mangues, com uma vegetação de Mata, Capoeira e Higrófila

Os Mangues são áreas de conservação e Preservação Ambiental existentes no município.

3.1. GEOLOGIA

O contexto geológico do município compreende sedimentos cenozóicos (Formações Superficiais Continentais), bacia sedimentar mesozóica/paleozóica (Bacia de Sergipe) e litótipos neo a mesoproterozóicas da Faixa de Dobramentos Sergipana.

Mais de 90% do território, é ocupado por sedimentos do Grupo Barreiras (areias finas e grossas com níveis argilosos a conglomeráticos), ao lado de depósitos aluvionares e coluvionares arenosos, depósitos de pântanos e mangues, depósitos flúvio-lagunares e terraços marinhos mais recentes.

A sudoeste e noroeste, afloram argilitos, folhelhos, arenitos, calcilutitos, siltitos, calcários, calcarenitos e calcirruditos pertencentes às Formações Calumbi (Grupo Piaçabuçu), Cotinguiba e Riachuelo (Grupo Sergipe). A Faixa de Dobramentos Sergipana está representada em pequena porção, no extremo noroeste, onde ocorrem filitos, metarenitos e metarritmitos da formação Frei Paulo (Grupo Simão Dias).

4. RECURSOS HÍDRICOS

4.1 Águas Superficiais

O município está inserido em duas bacias hidrográficas, a do rio Vaza-Barris e a do Sergipe. Constituem a drenagem principal, além do rio Vaza-Barris, os rios Comprido, Pitanga, Poxim-mirim, Poxim-açu, Pratal e Pramopama. (SERGIPE. SEPLANTEC / SUPES, 1997/2000). Os Rios Poxim-mirim, Poxim –ac e Pitanga, abastecem boa parte do município de Aracaju.

4.2 Águas Subterrâneas

4.2.1 Domínios Hidrogeológicos

No município pode-se distinguir três domínios hidrogeológicos: Formações Superficiais Cenozóicas, Bacias Sedimentares e os Metassedimentos / metavuicânitos; o primeiro ocupando aproximadamente 80% do território municipal.

As Formações Superficiais Cenozóicas, são constituídas por pacotes de rochas sedimentares que recobrem as rochas mais antigas das Bacias Sedimentares, da Faixa de Dobramentos Sergipana e do Embasamento Gnáissico. Em termos hidrogeológicos, tem um comportamento de “aqüífero granular”, caracterizado por possuir uma porosidade primária, e nos terrenos arenosos uma elevada permeabilidade, o que lhe confere, no geral, excelentes condições de armazenamento e fornecimento d’água. Na área do município este domínio está representado pelo Grupo Barreiras e por depósitos flúvio-lagunares, terraços marinhos, depósitos de pântanos e mangues e depósitos aluvionares e coluvionares que, a depender da espessura e da razão areia/argila das suas litologias, pode produzir vazões significativas. Em grande parte dos casos, poços tubulares perfurados neste domínio, vão captar água do aqüífero subjacente.

As Bacias Sedimentares são constituídas por rochas sedimentares bastante diversificadas, e representam os mais importantes reservatórios de água subterrânea, formando o denominado aqüífero do tipo granular. Em termos hidrogeológicos, estas bacias tem alto potencial, em decorrência da grande espessura de sedimentos e da alta permeabilidade de suas litologias, que permite a exploração de vazões significativas.

Os Metassedimentos / metavuicânitos, representam o que é denominado de “aqüífero fissural”. Como basicamente não existe uma porosidade primária nesse tipo de rocha, a ocorrência da água subterrânea é condicionada por uma porosidade

secundária representada por fraturas e fendas, o que se traduz por reservatórios aleatórios, descontínuos e de pequena extensão. Dentro deste contexto, em geral, as vazões produzidas por poços são pequenas e a água, em função da falta de circulação, dos efeitos do clima semi-árido e do tipo de rocha, é, na maior parte das vezes, salinizada. Essas condições definem um potencial hidrogeológico baixo para as rochas cristalinas sem, no entanto, diminuir sua importância como alternativa de abastecimento nos casos de pequenas comunidades ou como reserva estratégica em períodos prolongados de estiagem.

Principais Recursos Hídricos Existentes no município de São Cristóvão (SEPLANTEC / 2002):

- Balneário Rita Cacete;
- Bica da linha do trem;
- Minador do Banho Morno;
- Fonte Itaperoá;
- Cacimbas familiares;
- Lagoa de manutenção no Conjunto Eduardo Gomes e Conjunto Lafayette Coutinho;
- Poços Tubulares;
- Riachos: Miranda, Pindoba, Pitanga, Muniz, Uma, da Bica, da Vala, Timbó, Nossa Senhora do Candeal e da Ponte;
- Rios: Vaza-Barris, Santa Maria, Poxim-Açu da Pedreira, Pitanga.

A cidade é abastecida com água captada pelo SAAE, no Riacho da Besta, e no entanto, nem todos os povoados possuem água encanada e tratada, alguns são abastecidos através de poços tubulares (Chafariz), outros por fontes particulares.

Principais Problemas Ambientais e de Recursos Hídricos existentes (SEPLANTEC / 2002):

- Degradação do Rio Poxim, causada pelo desmatamento de suas margens e nascentes; exploração irregular de areia das margens e da calha; despejo de efluentes domésticos, industriais, agroindustriais, e, sobretudo pela ocupação inadequada do seu entorno (grande Rosa Elze.).
- Desmatamento das margens dos rios, riachos e nascentes concorrendo para sua degradação.
- Desperdício de água por parte da população e pelo sistema de abastecimento.
- Poluição dos Rios Poramopama, Vaza Barris e do Riacho Besta, por esgotos domésticos, resíduos sólidos, agrotóxicos, entre outros.
- Lixeira a céu aberto, localizada na estrada do Saco, a cerca de 2Km da sede e do Rio Vaza Barris, e a aproximadamente 500m do Loteamento Lauro Rocha.
- Deficiência no abastecimento de água da população, principalmente na cidade baixa. A população reclama da qualidade da água. Na cidade alta, o abastecimento é prejudicado no período das chuvas, devido às inundações nas instalações de captação.
- Deficiência no acompanhamento às lagoas de decantação existentes no município.
- O matadouro público contribui para a poluição ambiental, na medida em que despeja seus efluentes sem tratamento a céu aberto.

5- HISTÓRICO DO JARDIM ROSA ELZE

O Jardim Rosa Elze era um povoado pertencente ao município de São Cristóvão, situado ao norte da antiga capital de Sergipe, e limitado com o município de Aracaju pelo Rio Poxim, distando 9 Km do centro da cidade.

Inicialmente o Jardim Rosa Elze era a Fazenda Santa Cruz, propriedade particular do Sr. José Mário Garcia de Menezes. O terreno era alagadiço, não existiam ruas, e só havia seis famílias residindo no local; para sair dali era necessário

caminhar muito e passar por duas pontes, uma delas localizava-se onde hoje está a Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe que foi construída, na época, pelo prefeito de Aracaju, o Sr. José Conrado de Araújo.

Da Avenida CHESF seguindo para o Conjunto Eduardo Gomes, era chamado de “Quemdero” (que hoje é o Rosa Maria), e da Avenida CHESF até a UFS, era chamado de “Cheiroso” (hoje - Rosa Elze); do fundo da UFS seguindo para o Conjunto Universitário, era chamado de “Vagem da Canoa” e logo depois tinha um outro conjunto chamado de “Vagem Grande”.

A “Vagem da Canoa” tinha como donos o Sr. Luís, o Sr. Reis (que também era dono do cemitério) e o Sr. Teixeira (que era proprietário do terreno onde hoje é a UFS). Na época, quando representantes do governo quiseram comprar o terreno do Sr. Teixeira, ele deixou claro que só venderia na condição de que parte do mesmo fosse doado para a construção de um colégio, que hoje é a Escola Estadual Armindo Guaraná. A construção da UFS teve início em meados de 1978, onde houve algumas interrupções.

Nesta época o Sr. Mário decidiu vender toda sua propriedade para uma construtora chamada SEREPE, que tinha como dono o Sr. José Prado. Após a venda, o terreno foi loteado e recebeu o nome de Rosa Elze. A energia elétrica foi implantada, na época, pelo governador Augusto Franco.

O bairro surgiu do loteamento realizado pela imobiliária SEREP, que após adquirir parte da Fazenda Santa Cruz, do Sr. Mário Menezes, no ano de 1972, a dividiu em 56 (cinquenta e seis) quadras com 2.115 (dois mil, cento e quinze) lotes. Quatro quadras de áreas foram destinadas à construção de praças e para a utilização de algumas atividades públicas. Os demais lotes foram vendidos às populações pobres advindas do interior do Estado, sem ter sido realizado nenhum serviço básico de infra-estrutura no local.

A ocupação do solo se deu de forma lenta, acentuando-se com a implantação do Campus Universitário.

O Jardim Rosa Elze, hoje, está localizado próximo à Cidade Universitária Prof^o Aloisio de Campos, no bairro do mesmo nome, no município de São Cristóvão.

Limita-se, também, com o Jardim Rosa Maria, Conjunto Maria do Carmo e o Jardim Universitário.

O jardim Rosa Elze com uma população de 2 623 (Secretaria Municipal de Saúde/2007) habitantes, com feição urbana, dispõe de vários equipamentos sociais como: Igrejas Católica Igreja Senhor do Bonfim) e Evangélicas (Quadrangular, Universal, Batista, Igreja do reino de Deus, Igreja Cristã do Brasil e Adventista do 7º Dia), Escolas de todos os âmbitos federal (Colégio de Aplicação e UFS – Universidade Federal de Sergipe), estadual (Escola Estadual Armindo Guaraná), municipal (EMEI Francisco da Costa Batista, EMEF Martinho Bravo e EMEF Lauro Rocha, e particulares: Colégio Vinicius de Moraes, Colégio Globo, Tia Lulu, Alexandre Magno, Escolinha do Pequeno Saber, Abelhinha, Monsenhor Daltro; que vai desde infantil até Pós-Graduação nas varias área do conhecimento. Existem, também, 02 (duas) creches (uma particular e outra pública), o Posto de Saúde Armando Batalha de Góis, um posto policial, farmácias, supermercados, casas comerciais (Copiadora ou Xérox, que atende tanto a comunidade como aos universitários, bares, restaurantes, lanchonetes, serralheria, silkrin, etc.), a feira livre com produtos agrícolas, às quintas-feiras e outros.

As manifestações Culturais da comunidade são: Festa do Padroeiro, Senhor do Bomfim, promovida pela Igreja Católica e o bloco carnavalesco chamado “Porra Nenhuma” (criado e organizado por moradores do Rosa Elze).

Quanto a atividades relevantes de reuniões na comunidade destacam-se o encontro de representantes de grupos de jovens do Rosa Elze e adjacências que ocorre anualmente no mês de agosto e a reunião semanal do Grupo de Jovem Iluminando o Mundo (GRUJIM), que acontece todos os domingos, às 10:00h, no salão paroquial da Igreja Senhor do Bonfim; além de catecismo e encontros de casais promovidos pela igreja católica e que ocorrem periodicamente na comunidade.

As áreas de lazer ainda são precárias, mas a comunidade possui uma modesta praça a qual sofreu uma reforma e que a comunidade tem desfrutado através do bate-papo com amigos, brincadeiras das crianças com bicicletas e os jovens, com jogos nas quadras esportivas.

6-ANÁLISE DA COMUNIDADE

A comunidade do Jardim Rosa Elze acredita que existe uma resistência da população em participar de Projetos Sociais devido às inúmeras pesquisas realizados através de estudantes da Universidade Federal de Sergipe e também pela falta de credibilidade do poder público. Os moradores desconfiados quanto à origem do Projeto, no início, se recusam a participar por não ter esperança de mudança da realidade local. Os comunitários comentam a existência de uma Associação de Moradores ligada a interesses políticos partidários e da não atuação da mesma quanto as reais necessidades da comunidade. Outros informam que não conhecem a Associação e dizem que a mesma se encontra desativada, portanto necessitam de uma organização atuante que represente o local em suas reivindicações.

Com o Projeto “De Olho no Ambiente”, através da Agenda 21 Local e da credibilidade da Petrobras, surge a esperança de mudança na comunidade que passa a se organizar através da Comissão Transitória e da formação do Conselho da Agenda 21 Local, visando à melhoria da qualidade de vida para todos.

7- DIAGNÓSTICO

Nos meses de janeiro a fevereiro de 2007, foi realizada através do Projeto “De Olho no Ambiente”, uma Pesquisa de Campo por Agentes comunitários, em 350 (trezentos e cinqüenta) domicílios da comunidade Jardim Rosa Elze, com o objetivo de elaborar um diagnóstico sócio-ambiental do local.

Diante da estrutura que a comunidade apresenta podemos detectar através das entrevistas, informações e prioridades dos moradores não visíveis nas observações, tais como: dados pessoais; dados da família; moradia; infra-estrutura e serviços; qualidade de vida e capital social. Segue abaixo uma breve descrição dos dados coletados:

- Os dados da pesquisa foram coletados em sua maioria com pessoas do sexo feminino com 74,6%, seguidos de 25,4% do sexo masculino, com faixa etária entre 18 e 40 anos (54%). Quanto à etnia, 50% dos entrevistados declararam que são pardos, 25,7% brancos, 16,3% negros e 4,6% não souberam informar.
- Quanto à naturalidade das pessoas, 35,7% são de Aracaju e 45,2% são oriundas do interior de Sergipe e 19,1% são de outros estados. Moram há mais de 10 anos na comunidade (57,1%), consideram boa a convivência entre os moradores e 79,4% gostam do local onde vivem; por isso afirmaram (71,1%) que participariam de projetos que beneficiassem a comunidade.
- A população do Jardim Rosa Elze tem o seu maior número de pessoas trabalhando sem carteira assinada (31,1%), e são formados por donas de casa, domésticas, pensionistas, vendedores, comerciantes e outros; (29,4%) estão Sem Ocupação, são: estudantes, trabalhadores sem registro, prendas do lar, etc. Percebe-se que 34,3% da população não possuem ensino fundamental completo, portanto pode-se dizer que a comunidade não está preparada para atuar como profissional em virtude da falta de qualificação. Observa-se, ainda, outras ocupações informadas pelos entrevistados que são: 12,6% trabalham em **empresas privadas**, 9,1% são **servidores públicos**; 8,9% são os **autônomos**, e destes: 41,9% são comerciantes, 22,6% são vendedores; 9,7% costureiras; 6,6% são aposentados e apenas 2,3% são empregadores, ou seja, tem o seu próprio negócio.
- A renda familiar é de até 2 (dois) salários mínimos (52,9%), onde na maioria das residências, três pessoas trabalham para sustentar a família.

- O grau de instrução dos moradores do Rosa Elze tem uma variação, que vai de 34,3% a 0,6%, sendo que o maior valor representa o fundamental incompleto, 28,9% com o Ensino Médio completo e o menor valor de pessoas com pós-graduação. Em contrapartida a população desfruta de uma área privilegiada com a existência de varias escolas de ensino fundamental, médio, graduação e pós-graduação, na condição de pública e privada. Através da entrevista foi detectado que 90% dos entrevistados são provenientes de escola pública. Porém essas pessoas avaliaram a qualidade do ensino do bairro numa perspectiva da não existência a regular, variando de 1% a 39%, se justificado pela falta de compromisso dos professores em administrar as aulas e, também, pela falta de interesse dos alunos. Comunitários presentes em reunião ampliada informaram que muitas pessoas não estudam e nem trabalham na comunidade por falta de estrutura, incentivo e informação. Muitos estudam em Aracaju, devido à distância do trabalho para a escola, transformando o local num bairro dormitório.
- Segundo informações existe uma Creche Municipal que não atende a demanda da comunidade e que foi avaliada como regular (15,7%), alguns moradores não sabem que existe (14,3%) e 48,6% não soube fazer uma avaliação
- Segundo a pesquisa de campo, o Jardim Rosa Elze tem como principal abastecimento de água a Rede Pública – DESO (95,7%). Algumas famílias se beneficiam através de poços / cisterna (4%). A maioria consome água filtrada (61,4%) e uma pequena parte da população (8,0%) bebe água sem tratamento.
- 63,7% dos entrevistados disseram que o esgoto de suas casas vai para a rede pública, 16,6% para a fossa séptica e 15,4% informa que vai para: rua, quintal, escorre a céu aberto, etc. Diante desta informação observa-se a necessidade

de rever o sistema de saneamento básico, já que considerável parte do esgoto segue para fontes de abastecimento local, podendo causar sérias conseqüências à saúde e de ordem ambiental.

- Sobre a saúde pública observa-se que a virose é a doença mais freqüente na população do Jardim Rosa Elze, com 27,4%, seguida pelas doenças respiratórias (22,8%). A comunidade informou que 62,6% recorrem ao posto de saúde local, em caso de doença, mesmo considerando o atendimento, da Unidade de Saúde entre regular (39,7%) e ruim (36,6%), devido às condições de trabalho, falta de material, remédio e o número reduzido de profissionais qualificados. Alguns preferem ir para hospital Público (16,3%).
- Quanto ao lixo, este é guardado em recipiente fechado (71,6%), e é recolhido pelo gari (81,1%) três vezes por semana, sendo esse serviço considerado bom (77,1%). Mesmo com o atendimento regular algumas pessoas (18,6%) preferem jogar em caçambas ou queimar.
Segundo pesquisa a maioria (79,7%) dos comunitários informou que não existe Coleta Seletiva no Rosa Elze, embora (12,6%) tenha respondido que a comunidade dispõe desse recurso. Esse fato foi esclarecido na reunião de apresentação do Diagnóstico Sócio-Ambiental, em que compareceu representante da **COOPERCEMASC – COOPERATIVA CENTRO SOCIAL CONJUNTO MARIA DO CARMO**, e esclareceu que a mesma está sendo implantada no Bairro Rosa Elze.
- A maioria dos entrevistados utiliza o transporte coletivo (50,5%), e outros usam o carro (16,3%) ou bicicleta (14,5%), para se locomover, sendo o serviço de transporte coletivo avaliado por 51,1% da comunidade como bom e 30,0%, acham regular.

- Dentre os itens: atendimento coleta de lixo, rede de esgoto, abastecimento de água, transporte coletivo e urbanização das ruas, a Rede de Esgoto foi considerado o aspecto mais importante por 32,3% dos entrevistados.
- Dentre os itens: áreas de lazer, programação cultural, limpeza de ruas e terrenos e segurança pública; 78,9% dos entrevistados consideram a segurança pública como aspecto mais importante na comunidade, pois 40,6% dos entrevistados alegam que a segurança no Jardim Rosa Elze é ruim e 28,3% diz que é regular.
- Dentre os itens: associação de moradores, cooperativas, atuação social das igrejas, bibliotecas, clubes, projetos sociais e movimentos sociais, 41,0% dos entrevistados consideram as cooperativas de trabalho como aspecto mais importante.

Observando o número de pessoas desempregadas ou sem ocupação entende-se a preocupação da comunidade em optar pela implantação de cooperativas que lhes proporcionem oportunidades no mercado de trabalho, já que, segundo informações da maioria (56,6%), não existem cooperativas na comunidade. Quanto ao nível de envolvimento social, é baixo, tendo em vista que a maioria das famílias, 63,7%, não se envolvem em ações na comunidade, porém 71,1% dos entrevistados disseram que participariam de projetos que visem o benefício do local.

- A urbanização das ruas foi considerada regular por 37,1% dos entrevistados e outros 32,0% acham ruim.

Quanto à arborização das ruas as opiniões se dividiram entre: regular 24,9%, Não existe (24,9%) e ruim (24,6%).

Segundo informações, a arborização existe, mas é precária. Quem planta e cuida das poucas árvores do local são os próprios moradores.

Quanto à pavimentação das ruas informaram que é boa, embora, ainda, tenha ruas que necessitam ser calçadas ou asfaltadas, principalmente a Avenida CHESF, local onde passa o gasoduto.

- Dentre os aspectos considerados mais importantes pela comunidade destacam-se por ordem de avaliação: Segurança Pública (78,9%), Atendimento a Saúde (68,0%), Qualidade do ar (43,1%), Cooperativas (41,0%) e Rede de Esgoto (32,3%)

8- PERCEPÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS

Os Agentes Comunitários do Jardim Rosa Elze durante o desenvolvimento do Projeto perceberam o seu papel e a importância de sua participação, pois acreditam que o Projeto “De Olho no Ambiente”, através da Agenda 21 Local, levará a comunidade a se organizar em busca da melhoria da qualidade de vida. O grupo participa de forma ativa planejando formas de mobilização da comunidade visando uma maior participação nas reuniões ampliadas e em todo o desenvolvimento das ações.

Os Agentes Comunitários acreditam que os moradores do Jardim Rosa Elze possa se sensibilizar com as intenções do Projeto passando a se organizar e a buscar a melhoria na qualidade de vida da sua comunidade. Eles acreditam, também, que estão envolvidos num processo de mudança e visualizam o futuro, com orgulho, por estarem participando desse presente construtivo; por isso, tentam multiplicar o seu entendimento com relação ao Projeto visando uma maior participação dos comunitários nas ações desenvolvidas, para que de forma coletiva exerçam a sua cidadania e alcancem os objetivos propostos, através da organização, participação e interesse de todos.

9- CONSIDERAÇÕES

O desenvolvimento do Projeto “De Olho no Ambiente” na comunidade Jardim Rosa Elze foi marcado por pontos facilitadores e dificultadores que envolveram a participação dos Agentes Comunitários e de toda comunidade.

Devido à proximidade da Universidade Federal de Sergipe, os moradores do Jardim Rosa Elze já participaram de várias reuniões e inúmeras pesquisas, o que prejudicou, no início, o desenvolvimento dos trabalhos, pois os comunitários confundiam o Projeto com mais uma pesquisa da UFS ou com interesses políticos ligados ao poder público, o que desestimulava os próprios Agentes Comunitários no momento da Pesquisa de Campo, quando os mesmos tinham que esclarecer sobre os objetivos do Projeto “De Olho no Ambiente”, explicando a diferença e a importância da participação dos moradores. A credibilidade da Petrobras ajudou muito a enfrentar esse desafio.

Durante o desenvolvimento das etapas do Projeto se observou um grande avanço no processo de auto-organização do grupo e da preocupação deste com relação à participação da comunidade.

Nessa etapa final se percebe uma mudança no que diz respeito ao interesse e a participação do grupo e dos próprios moradores do Jardim Rosa Elze; pois os mesmos demonstram um crescimento com relação ao entendimento sobre o objetivo do Projeto e a compreensão de que a continuidade dos trabalhos depende da vontade da comunidade em se organizar e, de forma coletiva, exercer a sua cidadania, através do monitoramento da Agenda 21 Local.

10- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, Acrísio T. **Geografia de Sergipe** (Estudos Sociais – Ensino de Primeiro Grau). Editora: do Brasil na Bahia S. A.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, 2000.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2003).

IBGE, Estimativas 2005.

Revista Cinform, 2000

São Cristóvão. Secretaria Municipal de Saúde / Sistema de Informação e Atenção Básica (SIAB), 2007.

Sergipe. Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia Seplantec. Superintendência de Estudos e Pesquisas – SUPES. Perfis Municipais: São Cristóvão, 1997/ 2000.

Sergipe. Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia Seplantec. Superintendência de Recursos Hídricos - SRH, 2002.

SILVA FILHO, José Thiago da. De Cidade Operária a Pólo Turístico, In. Revista Cinform, 2000.

REFERÊNCIAS MULTIMÍDIA:

Disponível em: <[http:// www.wikipedia.com.br](http://www.wikipedia.com.br)> Acesso em: 19/02/2007

Disponível em: <<http://www.citybrazil.com.br/se/regioes/propria/index.htm>> Acesso em: 19/02/2007

Disponível em: <[http://www..seplantec.se.gov.br/.](http://www.seplantec.se.gov.br/)> Acesso em: 19/02/2007

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 19/02/2007

Disponível em: <<http://www.seplantec.se.gov.br/supes.htm>> Acesso em: 19/02/2007)

Disponível em: <www.cinformmunicipios/municipio_saocristovao.htm> Acesso em: 16/07/07

Disponível em: <www.embrapa.gov.br> Acesso em: maio / 2007